

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA  
MBA EM AUDITORIA INTEGRAL

EMANOELLE BARBOSA DOS SANTOS

O IMPACTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA ESTRUTURA DE CAPITAL  
DE EMPRESAS MÉDICO-HOSPITALARES

CURITIBA

2012

EMANOELLE BARBOSA DOS SANTOS

O IMPACTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA ESTRUTURA DE CAPITAL  
DE EMPRESAS MÉDICO-HOSPITALARES

Trabalho apresentado para obtenção para o título de pós-graduanda em MBA de Auditoria Integral, no Departamento de Contabilidade, no setor de Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora MsC. Jane Mendes Ferreira.

CURITIBA

2012

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO (A): EMANOELLE BARBOSA DOS SANTOS

TÍTULO DO TRABALHO: O IMPACTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO SOBRE A ESTRUTURA DE CAPITAL EM EMPRESAS MÉDICO-HOSPITALARES

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: JANE MESNDES FERREIRA

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

O trabalho encontra-se dentro dos parâmetros de qualidade exigidos para uma pós-graduação lato sensu. A aluna mostrou-se interessada, embora tenha deixado algumas atividades para a última hora.

NOTA: 9,0 (nove)

) ASSINATURA: Jane Mesndes Ferreira

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO:

NOTA: 8,0 (Oito)

) ASSINATURA: Mayla Cristina Costa

CONCEITO FINAL: 8,5 (Oito e cinco)

COORDENADOR DO CURSO: MAYLA CRISTINA COSTA

ASSINATURA: Mayla Cristina Costa

DATA: 15/10/2012

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe Odaléia Barbosa dos Santos, meu pai Luiz Carlos dos Santos, ao meu irmão Manoel Carlos dos Santos, aos meus amigos e a todos que torcem pela minha ascensão profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que me concedeu capacidade física, emocional e intelectual para realizar este trabalho, além de iluminar todos os nossos caminhos em todos os momentos.

Aos meus familiares, pelo incentivo, amor e carinho durante esta jornada.

A todos os meus amigos, especialmente a Anderson Denega, Karina Soares, Karine Almeida e Raphael Eidam pela companhia nas viagens de todas sextas e sábados, e pelo incentivo para conclusão desta etapa.

A professora e orientadora Jane Mendes Ferreira pela orientação, pela paciência e grande contribuição na elaboração deste trabalho.

A todos os professores pelos ensinamentos em toda essa caminhada.

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo verificar o impacto do planejamento tributário sobre a estrutura de capital em empresas médico-hospitalares. O trabalho foi desenvolvido através de pesquisa exploratória, em razão do pouco conhecimento do assunto a ser pesquisado, realizando pesquisa documental e um estudo de caso na empresa X Produtos Para a Saúde, para melhor entendimento, utilizando-se de fontes secundárias no estudo, fontes estas balanços e demonstrações disponibilizadas pelo escritório responsável pela contabilidade da empresa. A estrutura de capital de empresas de médio porte, como a empresa do estudo de caso, do setor de produtos médico-hospitalares, é composta por 70% de Capital Próprio e 30% de Capital de Terceiros, onde o impacto da tributação afeta o CP em torno de 11,50% quando tributada pelo Lucro Presumido e 32,67% quando tributada pelo Lucro Real, diferença esta que pode impactar os investimentos previstos nas empresas deste setor.

Palavras-chave: estrutura de capital; planejamento tributário; regimes de tributação.

## **ABSTRACT**

This study aims to investigate the impact of tax planning on the capital structure of companies in the medical equipment. The work was developed through exploratory research, because of inadequate knowledge of the subject to be searched, conducting desk research and a case study in business X Products For Health, for better understanding, using secondary sources in the study, sources such balance sheets and statements provided by the office responsible for the company's accounting. The capital structure of midsize companies, consists of 70% equity and 30% of third-party capital, where the impact of taxation affects the CP around when taxed at 11,50% and 32,67% Assumed Income taxed when the Actual Profit, that this difference may impact the planned investments in companies in this sector.

Keywords: capital structure, tax planning, tax regimes.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABIMED – Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares

ABIMO – Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ART. – Artigo

CF – Constituição Federal

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CP – Capital Próprio

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CT – Capital de Terceiros

CTN – Código Tributário Nacional

EPPs – Empresas de Pequeno Porte

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IN – Inscrição Normativa

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

ISS – Imposto sobre Serviços

LP – Lucro Presumido

LR – Lucro Real

MEs - Micro Empresas

MP – Medida Provisória

Nº - Número



PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

RIR – Regulamento do Imposto de Renda

SC – Santa Catarina

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SGQ – Sistema de Garantia da Qualidade

SRF – Secretaria da Receita Federal

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Gráfico Porte das Empresas de Produtos Médico-Hospitalares ..... 46

FIGURA 2 – Gráfico Faturamento das Empresas de Produtos Médico-Hospitalares .  
..... 47

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Impostos no Brasil .....	19
QUADRO 2 – Apuração Trimestral x Anual .....	27
QUADRO 3 – Percentuais aplicados quando não conhecida a Receita Bruta .....	35
QUADRO 4 – Classificação do Planejamento Tributário .....	36
QUADRO 5 – Balanço Patrimonial .....	48
QUADRO 6 – Demonstração do Resultado do Exercício .....	49
QUADRO 7 – Cálculo PIS e COFINS ano 2009 no Lucro Presumido .....	51
QUADRO 8 – Cálculo PIS e COFINS ano 2010 no Lucro Presumido .....	51
QUADRO 9 – Cálculo PIS e COFINS ano 2011 no Lucro Presumido .....	52
QUADRO 10 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2009 no Lucro Presumido .....	53
QUADRO 11 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2010 no Lucro Presumido .....	54
QUADRO 12 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2011 no Lucro Presumido .....	55
QUADRO 13 – Cálculo PIS e COFINS ano 2009 no Lucro Real .....	56
QUADRO 14 – Cálculo PIS e COFINS ano 2010 no Lucro Real .....	57
QUADRO 15 – Cálculo PIS e COFINS ano 2011 no Lucro Real .....	58
QUADRO 16 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2009 no Lucro Real .....	59
QUADRO 17 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2010 no Lucro Real .....	60
QUADRO 18 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2011 no Lucro Real .....	61
QUADRO 19 – Lucro Real X Lucro Presumido .....	62
QUADRO 20 – Tributos Lucro Real x Lucro Presumido .....	63
QUADRO 21 – Demonstração do Resultado Lucro Presumido x Lucro Real .....	64
QUADRO 22 – Obrigações Tributárias Lucro Presumido x Lucro Real .....	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	17
2.1 TRIBUTOS	17
2.1.1 Espécies de Tributos	18
2.1.1.1 Impostos	18
2.1.1.2 Taxas	19
2.1.1.3 Contribuição de Melhoria	20
2.1.1.4 Empréstimo Compulsório	21
2.1.1.5 Contribuições Sociais	21
2.2 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO	22
2.2.1 Lucro Real	22
2.2.1.1 Base de Cálculo	22
a) Adições	23
b) Exclusões	23
c) Compensações	23
2.2.1.2 Lucro Real Obrigatório	24
2.2.1.3 Alíquotas	24
2.2.1.4 Cumulativo e Não Cumulativo	25
2.2.1.5 PIS e COFINS Não Cumulativo	25
2.2.1.6 Apuração Trimestral e Anual	26
2.2.2 Lucro Presumido	27
2.2.2.1 Empresas que podem optar pelo Lucro Presumido	28
2.2.2.2 Empresas que não podem optar pelo Lucro Presumido	28
2.2.2.3 Base de Cálculo	29

2.2.2.4 Tributos Incidentes e Alíquotas .....	30
2.2.2.5 PIS e COFINS Cumulativo .....	31
2.2.3 Simples Nacional .....	31
2.2.3.1 Empresas que não podem optar pelo Simples Nacional .....	32
2.2.3.2 Tributos Incidentes .....	33
2.2.3.3 Base de Cálculo .....	33
2.2.3.4 Percentuais .....	33
2.2.4 Lucro Arbitrado .....	34
2.2.4.1 Percentuais sobre a Receita Bruta .....	34
2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO .....	35
2.3.1 Conceito .....	35
2.3.2 Objetivos e Classificações .....	36
2.3.3 Utilização nas Empresas .....	37
2.3.4 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal .....	37
2.4 CAPITAL .....	38
2.4.1 Tipos de Capital .....	38
2.5 ESTRUTURA DE CAPITAL .....	39
2.5.1 Tradeoff e Pecking Order .....	40
2.5.2 Utilização nas Empresas .....	41
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>42</b>
3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS .....	42
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS .....	42
3.3 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA .....	43
3.4 QUANTO AO TEMPO .....	43
3.5 QUANTO AO AMBIENTE .....	43
3.6 FONTE DE DADOS .....	44
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>45</b>
4.1 CARACTERÍSTICAS DO SETOR .....	45
4.1.1 Dados Econômicos do Setor .....	46
4.1.2 Tributos Incidentes no Setor .....	47
4.2 EMPRESA ESTUDADA .....	47
4.2.1 Estrutura de Capital .....	48

4.2.2 Demonstrações dos Cálculos dos Tributos .....	50
4.2.2.1 Cálculo pelo Simples Nacional .....	50
4.2.2.2 Cálculo pelo Lucro Presumido .....	50
4.2.2.3 Cálculo pelo Lucro Real .....	56
4.2.2.4 Comparação entre o Lucro Real e o Lucro Presumido .....	62
4.2.2.5 Comparação dos Resultados entre os valores da Estrutura de Capital .....	64
 <b>5 CONCLUSÃO .....</b>	 <b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com o mercado mais competitivo, as empresas buscam ferramentas e planejamentos para elaborar suas estratégias que possibilitem alcançar resultados estimados, diminuindo custos e uma estrutura de capital ótima.

Um dos custos que mais afetam as empresas são os tributos, definidos como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” pelo art. 3 do CTN.

No intuito de sua redução os gestores utilizam-se do Planejamento Tributário para buscar o melhor regime de tributação a ser adotado pela empresa, pois as alíquotas desempenham papéis fundamentais na definição da estrutura de capital, na medida em que os seus custos diferenciados afetam a composição dos capitais e seus financiamentos, sendo pelo capital próprio ou capital de terceiros.

Assim, é de fundamental importância a utilização do Planejamento Tributário em todas as empresas de todos os ramos, para que os tributos sejam bem administrados. Os ramos de atividades no Brasil são vastos, neste contexto o presente estudo, busca aperfeiçoar os regimes de tributação e estrutura de capital na área de produtos destinados a saúde.

Desta forma, foi realizado o estudo de caso, utilizando como exemplo a empresa “X Produtos Para a Saúde”, situada na região Sul do Brasil.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O Sistema Tributário Nacional é muito complexo e apresenta uma grande quantidade de tributos. A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo, com uma estimativa de 36% sobre o PIB brasileiro segundo informações do IBPT, o que interfere no montante financeiro das empresas.

Cada vez mais os empresários necessitam separar uma grande parte dos lucros para o pagamento de tributos. Analisando o cenário tributário brasileiro dentro da legislação, encontram-se importantes regimes de tributação, Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional.

A escolha do regime de tributação da empresa se torna um momento decisivo para a continuidade e economia da mesma. Por este motivo, uma escolha errada pode causar um endividamento afetando sua estrutura de capital e sua forma de financiamento.

Uma das maneiras que o contribuinte brasileiro utiliza para saber o montante a ser pago e tentar amenizar tal carga é o planejamento tributário.

O planejamento tributário é um estudo preventivo, que diante da legislação brasileira e suas constantes alterações, visa apurar as melhores formas de diminuir o desembolso com o pagamento de tributos.

Em função disto, o planejamento torna-se indispensável para a empresa de qualquer ramo de atividade, funcionando como uma ferramenta de gestão.

Neste sentido, o presente estudo busca investigar a resposta para a seguinte questão: qual o impacto do planejamento tributário em empresas médico-hospitalares?

## 1.2 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em verificar o impacto do planejamento tributário sobre a estrutura de capital em empresas médico-hospitalares.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, foram determinados os objetivos específicos a seguir:



- a) Identificar os tipos de tributos específicos de empresas médico-hospitalares;
- b) Verificar os pagamentos de tributos de empresas médico-hospitalares com a utilização de planejamento tributário;
- c) Comparar os resultados entre os tributos efetivamente pagos e aqueles devidos com o planejamento tributário;
- d) Verificar a estrutura de capital de empresas médico-hospitalares com e sem o planejamento tributário;
- e) Comparar os resultados entre os valores da estrutura de capitais.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Na busca de artigos, trabalhos sobre planejamento tributário em empresas médico-hospitalares nos principais congressos de contabilidade nos últimos cinco anos, observou-se a precariedade de trabalhos sobre este assunto especificadamente.

Com isso, o presente trabalho justifica-se pela necessidade da relevância do ponto de vista teórico. Dada à complexidade do sistema tributário nacional, os trabalhos que tratam de um ramo específico podem auxiliar contadores e administradores a realizar suas atividades.

Também há a importância na medida em que o planejamento tributário, se bem realizado, pode alterar positivamente a estrutura de capitais da empresa, permitindo que ela aplique as verbas em sua atividade produtiva, gerando mais empregos e desenvolvimento econômico na região em que estejam localizadas.

### 1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

A primeira parte do trabalho contém a introdução, objetivos e justificativa do estudo. A segunda parte é destinada à sustentação teórica do problema de pesquisa. Os livros, teses dissertações e artigos que compõem tal parte foram escolhidos em função de sua ligação com o tema. A terceira parte trata dos caminhos utilizados para responder ao problema de pesquisa. A delimitação da

pesquisa leva em conta os recursos disponíveis para realização do trabalho e também outras considerações de natureza epistemológica. Na quarta parte do trabalho, estão dispostos os resultados alcançados bem como sua análise frente à teoria disponível. Na última parte, está a conclusão do trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, estudam-se os tributos incidentes no Brasil em todas as suas esferas, a forma de redução de seus pagamentos e como funciona a estrutura de capital. Este estudo proporcionará um entendimento da legislação vigente, contribuindo assim, para a análise do problema de pesquisa.

### 2.1 TRIBUTOS

A carga tributária nacional vem se elevando nos últimos cinco anos. No início do ano de 2007, o percentual sobre o PIB era de 33,95%. Neste ano o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) divulgou que a proporção foi maior, atingindo um percentual de 36%.

Para Young (2011), mesmo a carga tributária brasileira sendo a mais alta, ela consegue bater recordes de arrecadação, ou seja, os contribuintes estão fazendo sua parte no pagamento de tributos.

Para o melhor entendimento sobre tributos, o art. 3 do CTN o define como: “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Com a finalidade de facilitar a compreensão da definição do art. 3, o autor Oliveira (2005), expõem de forma clara e objetiva os elementos compostos na definição:

- a) Prestação Pecuniária: pagamento somente aceito em dinheiro;
- b) Prestação Compulsória: o pagamento é obrigatório;
- c) Prestação instituída por lei: a cobrança é instituída por lei;
- d) Prestação diversa de sanção: multas não são caracterizadas como tributos;
- e) Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada: a cobrança deve estar de acordo com a lei.

Segundo Fabretti (2003) o tributo é caracterizado pelo fato gerador, que segundo Carlin (2008) quando na sua existência faz ocorrer à obrigação tributária, pois todo tributo tem como fato gerador a disponibilidade econômica e jurídica.

Quando Carlin (2008) cita todo tributo, ele se refere aos impostos, taxas e contribuições.

### 2.1.1 Espécies de Tributos

Os tributos instituídos pela União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios são divididos, de acordo com o art. 145 da CF, como:

- Impostos;
- Taxas;
- Contribuição de melhoria.

Sendo que os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais, segundo o art. 148 e art. 149 da CF, também são caracterizados como tributos. Já o art. 5 do CTN compreende como tributos, somente impostos, taxas e contribuição de melhoria.

#### 2.1.1.1 Impostos

Berti (2009) diz que todo imposto é tributo, mas nem todo tributo é imposto.

O art. 16 do CTN define o imposto “como o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Como visto, o imposto não é vinculado a uma atividade estatal, diferentemente das taxas e contribuição.

De acordo com Sebastião (2006) os impostos, além de ser caracterizados não vinculados, são caracterizados pela obediência ao princípio da capacidade contributiva, segundo o art. 145 § 1º da CF:

sempre que possível, os impostos, terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Existem dois tipos de impostos, conforme Oliveira (2005) eles se classificam em diretos e indiretos:

- Diretos: incidem sobre a renda e o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas; e
- Indiretos: incidem sobre a produção, venda, circulação e consumo de mercadorias.

A seguir, é apresentado um quadro com os impostos instituídos no Brasil.

QUADRO 1 – Impostos no Brasil

COMPETÊNCIA	IMPOSTOS
Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imposto sobre a Importação;</li> <li>• Imposto sobre a Exportação;</li> <li>• Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza;</li> <li>• Imposto sobre Produtos Industrializados;</li> <li>• Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;</li> <li>• Imposto sobre Propriedade Territorial Rural;</li> <li>• Imposto sobre Grandes Fortunas;</li> <li>• Imposto Extraordinário;</li> <li>• Imposto Inominado;</li> <li>• Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.</li> </ul>
Estadual e DF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação Serviços;</li> <li>• Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação;</li> <li>• Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.</li> </ul>
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;</li> <li>• Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;</li> <li>• Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.</li> </ul>

FONTE: Elaborado pela autora, conforme Harada (2006)

### 2.1.1.2 Taxas

Para Berti (2009) a taxa constitui o que pode ser chamado de segundo tipo de tributo nacional.

O Código Tributário Nacional em seu art. 77:

as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Harada (2006) define taxa com um tributo que surge da atuação estatal diretamente dirigida ao contribuinte, cuja base de cálculo é diferente da de qualquer imposto. O mesmo autor define duas modalidades de taxas: a de espécie, e a de polícia, sendo as duas taxas, tributos vinculados ao governo.

A taxa é cobrada pelo poder do Estado, e pelo uso efetivo e potencial de qualquer serviço público. (OLIVEIRA, 2005).

Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, de acordo com o art. 80 do CTN, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.

São exemplos de taxas cobradas:

- Taxa de coleta de lixo;
- Taxa de iluminação;
- Taxa de água e esgoto;
- Taxa de registro de Comércio.

Segundo Oliveira et al (2002) as taxas e contribuições de melhoria em relação ao montante arrecado e ao impacto no contribuinte tem pouco significado.

### 2.1.1.3 Contribuição de Melhoria

É um tributo, que conforme Sebastião (2006), a pessoa retribui à comunidade o benefício recebido a partir da realização de obra por parte do Poder Público.

A Contribuição de Melhoria trata-se de um tributo vinculado a uma atuação do governo. (BERTI, 2009)

A Contribuição de Melhoria é definida pelo art. 81 do CTN:

cobrada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Através destes conceitos, entende-se que a contribuição de melhoria valoriza o valor de bem, exemplo quando pavimenta um via, assim, a contribuição é cobrada por valorizar o imóvel.

#### 2.1.1.4 Empréstimo Compulsório

Segundo o art. 148 da CF os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos através da União, mediante lei complementar, quando:

- I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
  - II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, b.
- Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

Os empréstimos compulsórios não podem ser tratados como tributos vinculados, diferentemente do que ocorre com as taxas e contribuições de melhoria.

#### 2.1.1.5 Contribuições Sociais

De acordo com o art. 149 da CF, as contribuições sociais são instituídas exclusivamente pela União, podendo ser “de intervenção no domínio econômico e de interesses das categorias profissionais e econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.”

Oliveira (2005) cita que apesar de serem instituídas pela União; os Estados, Distrito Federal e os Municípios podem cobrar as contribuições sociais, mas sendo exclusivo o pagamento dos seus servidores para o custo dos respectivos sistemas previdenciários.

Como vimos, no nosso país foram criados tributos aos longos dos anos, de forma mais variável e com muitas siglas e significados.

Analisando os conceitos, observa-se que os impostos e empréstimos compulsórios se diferenciam das taxas e contribuições de melhorias em relação a vinculação, sendo que os impostos e empréstimos não são vinculados, e as taxas e contribuições de melhorias são vinculados a uma organização estatal.

Após o conhecimento dos tributos e suas espécies, deve ser observado as melhores formas de tributá-los, formas estas apresentadas no tópico seguinte.

## 2.2 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO

As pessoas jurídicas são tributadas por uma das seguintes formas de tributação, ou por opção ou por determinação legal:

- Lucro Real;
- Lucro Presumido;
- Simples;
- Arbitrado.

Cabe ressaltar que cada regime tributário é regido por uma legislação própria, a qual regulamenta todos os procedimentos a serem seguidos pela empresa.

### 2.2.1 Lucro Real

De acordo com Young (2009) o Lucro Real é determinado em base na escrituração que o contribuinte deve manter, sempre observando tanto as leis comerciais, quanto as fiscais.

Fabretti (2000) afirma que o lucro real é um conjunto fiscal, não sendo um conceito econômico.

A pessoa jurídica será tributada, de acordo com o lucro real, a partir das demonstrações financeiras.

#### 2.2.1.1 Base de Cálculo

O Lucro Real segundo o art. 247 do RIR/99 é o lucro líquido do período ajustado pelas adições, exclusões ou compensações.



Para se chegar ao Lucro Real, primeiramente deve-se chegar ao Lucro Líquido; que é a soma do lucro operacional, dos resultados não operacionais e das participações, sendo determinado aos preceitos da lei comercial. (ART. 248, RIR/99)

#### a) Adições

O art. 249 do RIR/99 apresenta as adições que serão adicionadas ao lucro líquido:

- I – os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este decreto, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real;
- II – os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este decreto, devem ser computados na determinação do lucro real.

As adições, fundamentalmente, são representadas pelas multas, doações, brindes, entre outros.

#### b) Exclusões

Do lucro líquido apurado serão excluídos:

- I – os valores cuja dedução seja autorizada por este Decreto e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;
- II – os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este decreto, não sejam computados no lucro real; (ART. 250, RIR/99)

As exclusões são representadas pelo resultado positivo da equivalência patrimonial, lucro e dividendos recebidos, entre outros.

#### c) Compensações

As compensações são os prejuízos fiscais apurados nos anos anteriores, limitado a no máximo 30% do lucro real. (LEI Nº 8.981/95. ART. 42)

### 2.2.1.2 Lucro Real Obrigatório

Estarão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real anual ou estimado, as pessoas jurídicas que segundo o art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998:

I – cuja receita total, no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV – que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa na forma do art. 2 da Lei nº 9.430 de 1996;

VI – que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*);

VII – que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010).

Para as demais pessoas jurídicas, a tributação pelo Lucro Real é opcional. Os impostos federais incidentes nas empresas optantes pelo lucro real são o IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

### 2.2.1.3 Alíquotas

Young (2009) explica que a alíquota do IR é de 15% sobre a base de cálculo, independentemente da atividade desenvolvida e de qualquer que seja o período de apuração. A mesma autora afirma que a alíquota da CSLL é 9%.

O art. 542 do RIR/99 determina que a parcela do lucro real que ultrapassar o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses que do período de apuração, terá a incidência do adicional de 10% no imposto de renda.

#### 2.2.1.4 Cumulativo e Não Cumulativo

Na visão de Carlin (2008) a cumulatividade do tributo não tem direito ao crédito, e após a circulação econômica. Já a não cumulatividade tem direito a crédito dos procedimentos anteriores.

Como exemplo de tributos cumulativos e não cumulativos temos o PIS e COFINS, que no Lucro Real são não cumulativos e no Lucro Presumido são cumulativos.

#### 2.2.1.5 PIS e COFINS Não Cumulativo

A contribuição para o PIS e COFINS tem como base de cálculo o faturamento mensal segundo o art. 1º das Leis 10.637/02 e 10.833/03.

São excluídas da receita bruta para a determinação da base de cálculo do PIS e COFINS as:

- I – as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- II – as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)
- III – a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente;
- IV – a receita decorrente da transferência onerosa a outros contribuintes do ICMS de créditos de ICMS originados de operações de exportação [...]. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009)

A utilização do PIS e COFINS não cumulativos no real, dão direito ao crédito sobre os valores, créditos estes expostos nos arts. 3º de cada lei:

- a) das aquisições de bens para revenda efetuadas no mês;
- b) das aquisições, efetuadas no mês, de bens e serviços utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;

- c) dos bens recebidos em devolução, no mês, cuja receita de venda tenha integrado o faturamento do mês ou d mês anterior, e tenha sido tributada no regime de incidência não-cumulativa;
- d) à energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- e) a aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades da empresa;
- f) contraprestação de operações de arrendamento mercantil pagas a pessoa jurídica, exceto quando esta for optante pelo Simples;
- g) armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor;

As alíquotas do PIS e COFINS não cumulativas são respectivamente 1,65% e 7,65%, estabelecidos pela Lei 10.637/02 e Lei 10.833/02.

#### 2.2.1.6 Apuração Trimestral e Anual

O Lucro Real pode ser apurado de forma trimestral ou anual. Young (2009) enfatiza que a apuração trimestral corresponde ao trimestre civil, sendo encerrado nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

Higuchi, Higuchi (2002) alertam para a possibilidade de cometer mais infrações fiscais e também a limitação na compensação dos prejuízos fiscais; quando se opta pela apuração trimestral do lucro real.

Em relação à apuração anual ou por estimativa, os tributos devem ser recolhidos todos os meses. (OLIVEIRA et al, 2002)

Afirma o art. 221 do RIR/99 que a empresa que optar pelo lucro real anual, deverá recolher os impostos no dia 31 de dezembro de cada ano.

Para melhor forma de entendimento, o autor Young (2009), apresenta um quadro com as principais diferenças das formas de apuração.

QUADRO 2 – Apuração Trimestral x Anual

LUCRO REAL	
TRIMESTRAL	ESTIMATIVA
Apuração trimestral (4 trimestres)	Apuração anual ou periódica, através de balanços/balancetes de suspensão ou redução do imposto e da contribuição social sobre o lucro.
Pagamento trimestral, podendo ser parcelado em até 3 quotas iguais e sucessivas de valor não inferior a R\$ 1.000,00 cada.	Pagamento mensal, sem possibilidade de parcelamento em quotas.
Sem ajuste ao final do ano-calendário	Necessita de ajuste ao final do ano-calendário.
15% de IRPJ e 9% CSLL sobre o lucro líquido ajustado pelas adições, exclusões e compensações.	<p>1º - Aplicam-se os percentuais sobre a receita bruta mensal:</p> <p>IRPJ (variam de 1,6% à 32%, dependendo da atividade da empresa)</p> <p>CSLL (12% ou 32%, dependendo da atividade da empresa)</p> <p>2º - adicionam-se as demais receitas que não constituem o objeto social da empresa</p> <p>3º - sobre esta base de cálculo aplicam-se as alíquotas de 15% (IRPJ) e 9% da CSLL.</p> <p>Segundo a MP 413/08 (convertida na Lei 11.727/08) a alíquota da contribuição será de 15% no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, as de capitalização e as referidas nos incisos I a XII do §1º do art. 1º da Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2011.</p> <p>Seguindo a Lei Complementar 105/01, art. 1º, §1º, são consideradas instituições financeiras, para os efeitos da mesma:</p> <p>I – os bancos de qualquer espécie;</p> <p>II – distribuidoras de valores mobiliários;</p> <p>III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários;</p> <p>IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos;</p> <p>V – sociedades de crédito imobiliário;</p> <p>VI – administradoras de cartões de crédito;</p> <p>VII – sociedades de arrendamento mercantil;</p> <p>VIII – administradoras de mercado de balcão organizado;</p> <p>IX – cooperativas de crédito;</p> <p>X – associações de poupança e empréstimo;</p> <p>XI – bolsas de valores de mercadorias e futuros;</p> <p>XII – entidades de liquidação e compensação;</p> <p>XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.</p> <p>As empresas de fomento comercial ou factoring, para os efeitos da Lei Complementar citada, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas acima.</p>
10% de adicional do IRPJ sobre a parcela que exceder R\$ 60.000,00 no trimestre.	10% de adicional do IRPJ sobre a parcela que exceder R\$ 20.000,00 mensal ou R\$ 240.000,00 no ano.

FONTE: Young (2009)

## 2.2.2 Lucro Presumido

O lucro presumido é regulamentado nos artigos 516 a 528 do Regulamento do Imposto de Renda.

Segundo Oliveira et al (2002) a tributação por esse regime é restrita aos contribuintes não obrigados a tributação pelo lucro real, e ainda é a forma mais simplificada de apuração.

Para Young (2012) o lucro presumido recebe essa denominação, em razão da presunção da margem de lucro pelos ramos de atividade, não levando em consideração as despesas e custos obtidos pela empresa.

Oliveira et al (2002) afirma que a opção pelo lucro presumido desobriga a escrituração contábil e o levantamento das demonstrações contábeis. Na opinião de Barros (2003) mesmo sem a obrigação da escrituração, as empresas devem manter uma escrituração completa, para uma melhor gestão ajudando nas tomadas de decisões.

#### 2.2.2.1 Empresas que podem optar pelo Lucro Presumido

O artigo 516 do RIR/99 afirma que as empresas podem optar pelo lucro presumido quando a pessoa jurídica cuja receita bruta tenha sido igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00, ou a R\$ 2.000.000,00 multiplicados pelo número de meses de atividade, quando inferior a 12 meses. Segundo o mesmo artigo, em seu § 3 também podem optar pelo lucro presumido as empresas que não estejam obrigadas a tributação pelo lucro real.

#### 2.2.2.2 Empresas que não podem optar pelo Lucro Presumido

Young (2012) discorre em seu texto que as empresas impedidas de optar pelo lucro presumido apresentam as seguintes características:

- I – cuja receita total, no ano-calendário anterior, [...] tenha excedido o limite de R\$ 48.000.000,00 ou de R\$ 4.000.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade, quando inferior a doze meses.
- II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

- IV – que, autorizadas pela legislação tributária, queiram usufruir de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto de renda;
- V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei 9.430/96;
- VI – que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- VII – Sociedade de Propósito Específico (desde 2009);
- VIII – que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio (art. 22 da MP 472/09, convertida na Lei 12.249/10).

Logo a empresa que não se enquadre nestas características, pode optar pelo Lucro Presumido.

#### 2.2.2.3 Base de Cálculo

A base de cálculo do imposto e contribuição será a receita bruta da pessoa jurídica juntamente com os percentuais de presunção.

Primeiramente deve-se conhecer os resultados que compõem a receita bruta. Higuchi e Higuchi (2002) afirmam que a receita é composta pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, outras receitas que não se relacionam com o objetivo da empresa, os ganhos de capital, os ganhos líquidos adquiridos de operações financeiras e os rendimentos resultantes de participações societárias.

Depois de determinada a receita, aplica-se o percentual de presunção, que de acordo com Fabretti (2007) são:

- 8% sobre a receita proveniente de vendas de mercadorias (exceto revenda de combustíveis para consumo) ou produtos, do transporte de cargas e de serviços hospitalares), bem como receita de outras atividades para quais não esteja previsto percentual específico;
- 1,6% sobre a receita proveniente da revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, gás natural e álcool etílico carburante;
- 32% sobre a receita proveniente das atividades de: prestação de serviços em geral (exceto a de serviços hospitalares e de transportes, e as empresas prestadoras de serviços com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00); intermediação de negócios e administração, locação ou cessão de bens móveis e imóveis;

- 16% sobre a receita bruta proveniente da prestação de serviços de: transporte (exceto de cargas), prestadoras de serviços com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00 e instituições financeiras e equiparadas.

De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda de 1999, art. 516, § 5º no lucro presumido, o imposto é apurado trimestralmente, nos períodos de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

#### 2.2.2.4 Tributos Incidentes e Alíquotas

Os tributos incidentes na tributação pelo lucro presumido são o IRPJ e a CSLL, juntamente com o PIS e COFINS.

O art. 541 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99) em conformidade com o Decreto Lei 9.249, de 1995, art. 3; dispõe que a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica com base no lucro presumido, real e arbitrado é de 15%.

Seguindo o mesmo raciocínio Young (2012) completa ressaltando que a parcela ao exceder o valor de R\$ 60.000,00 no trimestre, terá um adicional de 10% no IRPJ normal. O mesmo autor afirma que para efeito de pagamento, poderá deduzir-se:

- Imposto devido no período de apuração;
- Imposto de renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido, inclusive de aplicações, vedada qualquer dedução a título de incentivo fiscal.

Em relação à CSLL, a base de cálculo corresponde a 12% da receita bruta trimestral, e a alíquota é de 9% sobre a base de cálculo. (HIGUCHI, HIGUCHI, 2002)

Já a IN SRF 390/04 art. 18, § 1 o percentual da receita bruta será de 32% para as atividades de prestação de serviços em geral, exceto hospitalar e transporte; intermediação de negócios; administração, locação ou cessão de bens móveis, imóveis e direitos de qualquer natureza; e *factoring*.



### 2.2.2.5 PIS e COFINS Cumulativos

Para fins da base de cálculo das contribuições, a Lei nº 9.718 em seu art. 3, § 2º determina que se exclua da receita bruta:

- I – as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- II – as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.518-35, de 2001)
- III – a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente;
- IV – a receita decorrente da transferência onerosa a outros contribuintes do ICMS de créditos de ICMS originados de operações de exportação, conforme o disposto no inciso II do § 1º do art. 25 da lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009)

As alíquotas a serem usadas no cálculo de PIS e COFINS são respectivamente 0,65% e 3%. (YOUNG, 2012)

### 2.2.3 Simples Nacional

O Simples Nacional substitui o Super Simples, entrando em vigor a partir do dia 1º de julho de 2007, regido pela Lei 123/2006, para estabelecer as normas em relação ao tratamento das microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's).

A Lei complementar em seu art. 3º alterada pela Lei n 139/11, considera como microempresa aquela cuja receita bruta seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00; e empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta seja superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00.

### 2.2.3.1 Empresas que não podem optar pelo Simples Nacional

Como visto no tópico anterior as microempresas e empresas de pequeno porte e suas respectivas receitas brutas são as empresas que podem optar pelo simples nacional.

Já as empresas que não podem optar por esse regime de tributação, são definidas pelo art. 17 da Lei 123/06:

- I – que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- II – que tenha sócio domiciliado no exterior;
- III – de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
- IV - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- V – que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;
- VI – que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;
- VII – que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;
- VIII – que exerça atividade de importação de combustíveis;
- IX – que exerça atividade de produção ou venda no atacado de:
  - a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;
  - b) bebidas a seguir descritas:
    - 1 – alcoólicas;
    - 2 – refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas;
    - 3 – preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, com capacidade de diluição de até 10 (dez) partes da bebida para cada parte do concentrado;
    - 4 – cervejas sem álcool;
- X – que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;
- XI – que realize cessão ou locação de mão-de-obra;
- XII – que realize atividade de consultoria;
- XIII – que se dedique ao loteamento e a incorporação de imóveis;
- XIV – que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS; (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011);
- XV – com ausência de inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível. (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011)

### 2.2.3.2 Tributos Incidentes

Segundo Cunha (2011), no simples nacional consistem os seguintes tributos:

- Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o PIS/PASEP;
- Contribuição para Seguridade Social;
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

### 2.2.3.3 Base de Cálculo

Young (2007) ressalta em seu texto que no Simples Nacional não são computadas as despesas, sendo calculado este regime pelo faturamento mensal, levando-se em conta a receita bruta dos últimos 12 meses.

A receita bruta segundo Da Silva e Limiro (2007) é o resultado da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado das operações nas contas de outros, não estando inclusas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

### 2.2.3.4 Percentuais

Para calcular o valor dos tributos devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, o contribuinte deverá fazer uso das alíquotas das tabelas impostas pela Lei 123/06.

A Lei 123/06 com a nova Redação dada pela Lei Complementar 139/2011 traz as alíquotas, exposta nos anexos, como:

- Comércio: varia de 4,00% a 11,61%;
- Indústria: varia de 4,50% a 12,11%;
- Serviços referentes ao anexo III: varia de 6,00% a 17,42%;
- Serviços referentes ao anexo IV: varia de 4,50% a 16,85%;
- Serviços referentes ao anexo V: varia de 17,50% a 22,90%.

#### 2.2.4 Lucro Arbitrado

O lucro arbitrado é uma das formas de tributação menos utilizadas. O lucro arbitrado ocorre quando o contribuinte cometer falhas e erros, conforme explica o art. 530 do RIR/99.

Para Fabretti (2007), essa opção pode ocorrer quando há o erro na escolha das formas de tributação.

##### 2.2.4.1 Percentuais sobre a Receita Bruta

Young (2012) discorre em seu texto que os percentuais serão aplicados sobre:

- a receita bruta quando conhecida;
- a receita bruta desconhecida.

Quando conhecida a receita bruta, será aplicado os mesmos percentuais do Lucro Presumido, conforme diz o art. 532 do RIR/99, acrescidos de 20% pro IRPJ, e na CSLL os mesmos percentuais.

Quando não conhecida a receita bruta, os percentuais aplicados de acordo com o art. 535 do RIR/99 são:

QUADRO 3 – Percentuais aplicados quando não conhecida a Receita Bruta

<b>Alternativas de Cálculo</b>	<b>Coeficiente</b>
Lucro real referente ao último período em que a pessoa jurídica manteve escrituração de acordo com as leis comerciais e fiscais	1,5
Soma dos valores do ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente, existentes no último balanço patrimonial conhecido	4
Valor do capital, inclusive a sua correção monetária contabilizada como reserva de capital, constante do último balanço patrimonial conhecido ou registrado nos atos de constituição ou alteração da sociedade	7
Valor do patrimônio líquido constante no último balanço patrimonial conhecido	5
Valor das compras de mercadorias efetuadas no mês	4
Soma, em cada mês, dos valores da folha de pagamento dos empregados e das compras de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem	4
Soma dos valores devidos no mês a empregados	8
Valor mensal do aluguel devido	9

FONTE: Elaborado pela autora, de acordo com o art. 535 do RIR/99

## 2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Tendo o Brasil uma carga tributária elevada, os empresários buscam ferramentas para a diminuição ou postergação do pagamento dos tributos, que constituem uma grande parcela de custos das organizações.

O planejamento tributário surge como uma ferramenta que proporciona alternativas para redução destes custos tributários. Mas, para se utilizar o planejamento, é importante enfatizar seu conceito, objetivo e vantagens.

### 2.3.1 Conceito

O planejamento tributário para Young (2011) é uma forma de prevenção para buscar a economia tributária.

Numa definição mais completa:

O planejamento tributário é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos. (GUBERT, 2004 P. 43)

Contrariando a idéia de Gubert, Martins (2006) afirma que o estudo deve ser feito antes do fato gerador, pois assim o contribuinte pode optar pela melhor forma de redução.

### 2.3.2 Objetivos e Classificações

Os objetivos do planejamento tributário, definidos por Carlin (2008) são:

- Reduzir o pagamento dos tributos;
- Melhorar o resultado das operações;
- Aproveitar as oportunidades que a legislação pode ocasionar.

Complementando, Young (2011) compreende como objetivo também a postergação do pagamento de tributos, sem a ocorrência de multas e juros; e, o impedimento da incidência do fato gerador.

Já a classificação do planejamento depende do ponto de vista de cada observador. Segundo Gubert (2004) o planejamento pode ser classificado em:

QUADRO 4 – Classificação do Planejamento Tributário

CLASSIFICAÇÃO	TIPOS
Conduta do Agente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissivo</li> <li>• Omissivo</li> </ul>
Áreas de Atuação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrativo</li> <li>• Judicial</li> <li>• Interno</li> </ul>
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Anulatório</li> <li>• Redutor</li> <li>• Postergativo</li> </ul>

FONTE: Elaborado pela autora, conforme Gubert (2004)

Já para Oliveira (2005) o planejamento tributário pode ser dividido em:

- Operacional – aquele planejamento que não altera as características básicas da empresa;
- Estratégico – aquele planejamento que muda algumas características da empresa, como: estrutura de capital, localização, etc.

### 2.3.3 Utilização nas Empresas

O planejamento tributário poder ser realizado por qualquer tipo de empresa, sendo ela de pequeno, médio e grande porte; e independentemente do seu ramo de atividade.

Em 2001, foi criada a Lei 104, a chamada Lei Anti Elisiva que foi integrada ao art 116 da Lei nº 5172/66, que afirma que devem ser desconsiderados ou negócios ou atos jurídicos praticados com a atividade de retardar a ocorrência do fato gerador ou a natureza dos elementos que constituem a obrigação dos tributos.

Só que esta Lei nunca vingou, o que possibilitou os estudos e aplicação do planejamento na contabilidade.

A contabilidade, segundo Fabretti (2003) é um importante instrumento na tomada de decisões, por isso deve emitir seus relatórios de forma clara e simples. São esses relatórios, assim como o entendimento da legislação, ajudarão na realização do planejamento.

Malkowski (2000) já dizia que considerando o planejamento tributário como rotina da empresa, o administrador já saberia que caminho seguir na questão fiscal.

O planejamento não deve ser confundido com sonegação, mas sim deve seguir corretamente os preceitos da Lei.

### 2.3.4 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal

Antes de cada operação, deve-se procurar pesquisar as consequências econômicas e financeiras. Portanto, estudos devem ser feitos em torno da legislação, para a realização de procedimentos sem contrariar a lei.

Para Young (2011) a elisão ocorre quando o contribuinte decide realizar o planejamento de forma lícita, buscando sempre a forma menos onerosa de pagamento de tributos.

Complementando, Carlin (2008) entende que a elisão caracteriza o planejamento tributário como sendo legítimo, e afirma que a execução deve ser realizada antes do fato gerador.

Já na evasão fiscal, diferentemente da elisão fiscal, a evasão é a ilícita de reduzir, eliminar e postergar o pagamento de tributos (CARLIN, 2008).

O mesmo autor cita que a evasão é responsável pelos prejuízos aos cofres públicos, seja na omissão de registros em livros fiscais e fraude no recolhimento de tributos, ocorrendo depois do fato gerador.

O art. 72 da Lei nº 4.502/64 diz que fraude:

é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido a evitar ou diferir o seu pagamento.

Analisando os conceitos observa-se que a principal diferença entre elisão e evasão está na ocorrência do fato gerador. Na elisão ocorre antes, e na evasão o fato gerador ocorre depois.

Para a realização de um planejamento coerente e de forma que busque a cumprir os seus objetivos, o responsável pelo planejamento deve entender como se forma o endividamento da empresa, e sua estrutura de capital.

## 2.4 CAPITAL

O Balanço Patrimonial das empresas pode ser estruturado segundo a Lei nº 6.404/76 em: ativo, passivo e patrimônio líquido. Dentro do patrimônio líquido encontra-se a conta Capital, objeto a ser estudado.

Capital na visão de Ribeiro (2009) é a quantidade de recursos investidos pelo dono da empresa, isso em uma empresa individual, pois os recursos investidos nas sociedades pelos titulares são caracterizados como capital social.

O mesmo autor cita que o capital da empresa pode ser diminuído ou aumentado, de acordo com a vontade dos sócios ou do titular. Vale ressaltar que essas mudanças devem ser alteradas em contratos e estatutos.

### 2.4.1 Tipos de Capital

Fávero *et al* (2006) descreve vários tipos de terminologia de capital, como:

- Capital nominal: investimento feito inicialmente pelo proprietário da empresa, na conta denominada “capital”;
- Capital próprio: consiste em todo o capital dos sócios;



- Capital de terceiros: consiste no capital de outros que trabalham na empresa;
- Capital total á disposição da empresa: soma do capital próprio e capital de terceiros;
- Capital subscrito: é o capital que os acionistas prometem integralizar;
- Capital social: o mesmo que capital nominal;
- Capital a integralizar: é o capital subscrito que não foi entregue a empresa.

Dentre essas terminologias de capitais, o capital próprio e capital de terceiros são importantes para o estudo do endividamento da empresa, e por fim a estrutura de capital.

## 2.5 ESTRUTURA DE CAPITAL

No conceito de Oro, Beuren e Hein (2009) *apud* Silva (2004) a estrutura de capital “abrange a composição de suas fontes de financiamento”.

Segundo Brito, Corrar e Batistella (2007) após o trabalho de Modigliani e Miller (1958), que afirmam que a estrutura de capital é irrelevante para o valor da empresa, contrariando o que dizia a teoria convencional que afirmava a existência de uma estrutura de capital ótima; muitos estudos e pesquisas começaram a ser feitos na área de finanças.

Esses estudos buscavam fatores que poderiam influenciar o endividamento da empresa. Pohlmann e Ludícibus (2010) mostram fatores que podem ser a causa de endividamento:

- Impostos – se a empresa obter lucro tributável, utilizando-se mais capital de terceiros, os impostos devidos se reduziram e os impostos pagos pelos titulares de suas obrigações aumentaram.
- Tipos de Ativos: os ativos que as organizações possuem se relacionam com o custo das dificuldades financeiras e econômicas.

- Grau de Incerteza do Resultado Operacional: mesmo sem a incidência de dívidas, as empresas com resultado operacional incerto pode apresentar alta probabilidade de dificuldade financeira e econômica.
- Hierarquização de Fontes e Folga Financeira: quando as empresas preferem usar seus lucros retidos a usar seus financiamentos internos.

Para Kayo (2002) quando se fala em estrutura de capital das empresas, o maior questionamento é a existência, ou não, de uma ótima estrutura, que envolve o *tradeoff* e *pecking order*.

### 2.5.1 Tradeoff e Pecking Order

Pohlmann e Iudícibus (2010), afirmam que a política de estrutura de capital envolve a troca entre risco e retorno (*tradeoff*), ou seja, a estrutura ótima de capital é aquela que propicia o equilíbrio entre risco e retorno para elevar o preço das ações.

A empresa tem seu valor elevado em decorrência dos benefícios fiscais gerados pelo endividamento, até onde começam a surgir dúvidas sobre a situação financeira e seus custos começam a se elevar. (KAYO, 2002)

De acordo com Lara e Mesquita (2001) afirmam que no *tradeoff* a empresa elege uma estrutura base através de “alíquotas tributáveis, tipos de investimento, risco do negócio e código de falência”.

Segundo Brito, Corrar e Batistella (2006), já na teoria de *pecking order*, “as empresas priorizam o uso de uma fonte de recursos em relação à outra”, ou seja, mesmo podendo optar entre financiamento interno ou externo, os internos são mais procurados.

O *pecking order* em discordância com a teoria de *tradeoff*, possibilita uma relação positiva entre as oportunidades de investimento e endividamento (PHOLMANN e IUDÍBUS, 2010). Isto é, as dívidas são encontradas nas diferenças entre investimento e lucro retido.

### 2.5.2 Utilização nas Empresas

A estrutura de capital é utilizada nas empresas para buscar a forma com que elas usam seu capital próprio e capital de terceiros. (BRITO, CORRAR E BATISTELLA, 2006).

O mesmo autor cita que as teorias sobre a estrutura de capital, foram desenvolvidas em países com a economia diferente do Brasil, um país que ainda está em desenvolvimento. Isto implica que a teoria da estrutura deve ser aplicada de acordo com o nosso mercado e economia.

A estrutura de capital, sendo bem elaborada, mostra a possibilidade de novos investimentos que permitem a empresa se manter com lucros satisfatórios no mercado, deixando de lado o risco do endividamento.

### 3 METODOLOGIA

Para Filho e Santos (2001) a metodologia da pesquisa define quais são os elementos necessários e sua forma de utilização para que os objetivos sejam atingidos.

Neste capítulo será apresentada a metodologia desta pesquisa, primeiramente quanto aos objetivos, em seguida, quanto aos procedimentos, quanto à abordagem do problema, quanto ao tempo, e por fim, quanto ao ambiente, e sua fonte de dados.

#### 3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

A pesquisa quanto aos objetivos é classificada como exploratória, que de acordo com Beuren (2006) configura-se quando o tema escolhido é pouco explorado tornando-se difícil a formulação de hipóteses e objetivos precisos, ou seja, a pesquisa exploratória ocorre quando existe pouco conhecimento do assunto a ser pesquisado.

#### 3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Quanto aos procedimentos a pesquisa é documental, pois segundo Vergara (2007) na investigação documental há a busca de documentos em órgãos públicos e privados. Neste trabalho será utilizado o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado da empresa estudada, nos períodos de 2009 a 2011, para realização de cálculos e análises.

A pesquisa também se caracteriza como estudo de caso, ou seja, é um estudo concentrado em um único caso (BEUREN, 2006); onde o pesquisador tem a oportunidade de verificar a fundo os fenômenos a serem pesquisados.

### 3.3 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

A pesquisa quanto à abordagem do problema pode ser dividida em: qualitativa e quantitativa. A diferença entre as duas abordagens, é que na qualitativa não há o uso de estatística como base de análise do problema; enquanto na quantitativa há o uso de estatística para medir e numerar as unidades. (BEUREN, 2006)

Desta forma, a pesquisa realizada neste trabalho é classificada como qualitativa, pois objetiva estudar os dados da empresa, de forma a fornecer informações necessárias sobre a situação tributária da mesma. Para a realização do planejamento tributário houve a necessidade de informações comparativas, observação de fatos, para o a melhor forma de recolhimento dos tributos.

### 3.4 QUANTO AO TEMPO

A pesquisa pode ser longitudinal ou transversal em relação ao tempo, segundo Fontelles, Simões, Farias e Fontelles (2009) o que diferencia uma da outra é o intervalo de tempo utilizado para a realização da pesquisa.

Neste caso, a pesquisa é transversal, pois a pesquisa foi realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento.

### 3.5 QUANTO AO AMBIENTE

Em relação ao ambiente, a pesquisa é classificada como pesquisa de campo, pois de acordo com Veloso (2011), neste tipo de pesquisa o pesquisador tem a função de procurar os dados, fatos, objetos e outros fenômenos ocorridos na realidade, que são compreendidos e que explicam os problemas pesquisados.

### 3.6 FONTE DE DADOS

Na busca de fatos e dados o trabalho utilizou-se tanto de fontes primárias, quanto secundárias. As primárias “são aquelas que contêm informações originais, ou novas interpretações de fatos ou ideias já conhecidas” (CAMPELLO E CAMPOS, 1988, P.16). Já as fontes secundárias, segundo o mesmo autor, tem a função de facilitar o uso e conhecimento das fontes primárias.

As fontes secundárias apuradas foram dados, tabelas, bibliografias, sendo os dados apurados juntamente ao escritório responsável pela contabilidade da empresa. O período de apuração de coleta e análise destes dados iniciou-se em março de 2012 a junho de 2012.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados da pesquisa. Iniciando com considerações a respeito do setor, da empresa e, por último dos tributos.

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DO SETOR

A empresa analisada está inserida no setor de fabricação de produtos médico-hospitalares. Tal setor cresceu nos últimos anos, em função da evolução tecnológica, o que faz aumentar a variedade de produtos oferecidos (SEBRAE-SC, 2009). Em relação à regulamentação, pode-se perceber que é altamente regulado, pois as empresas deste setor devem observar as obrigações impostas pela ANVISA, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Ciência e Tecnologia.

Para tratar dos interesses do conjunto de empresas, existe a ABIMO (Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios). A ABIMO foi criada à 40 anos atrás para representar a indústria da saúde no país e no Exterior. Através de conselhos e grupos de trabalho, as entidades respondem por todos os aspectos técnicos, operacionais e associativos do segmento. A Associação tem o objetivo de fortalecer, organizar e regulamentar o setor de saúde.

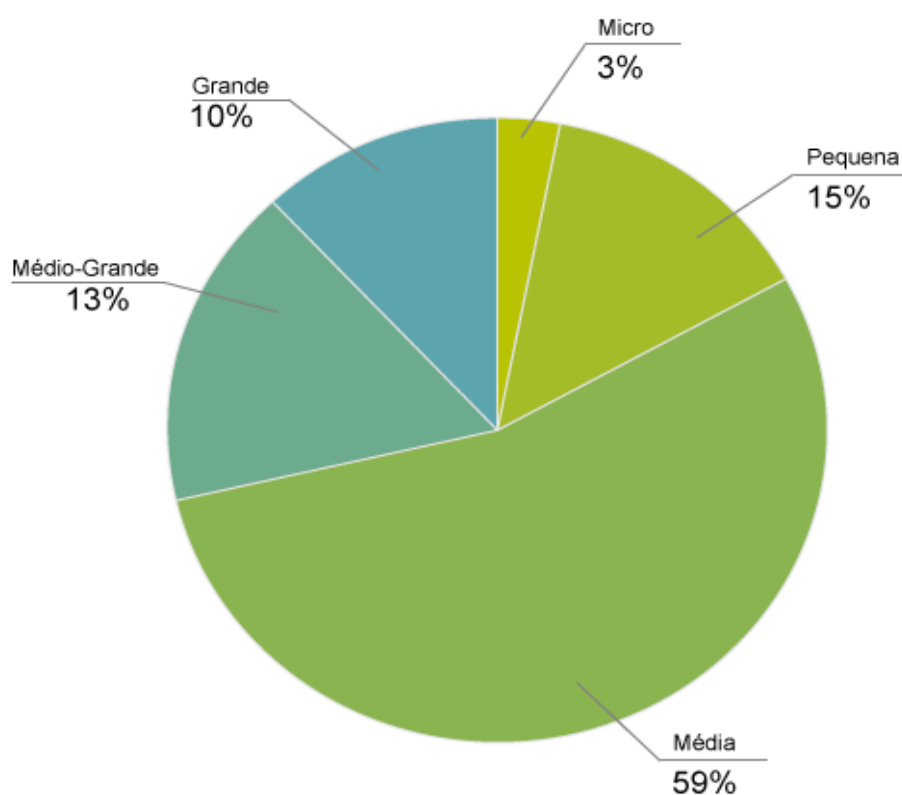
Também existe a ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares), fundada em 18 de junho de 1996, sendo uma entidade que congrega as empresas de tecnologia avançada nas áreas de fabricação, impositação, exportação e distribuição de produtos médico-hospitalares.

#### 4.1.1 Dados Econômicos do Setor

A indústria de produtos médico-hospitalares é uma indústria inovadora, proativa e competente que segundo ABIMO (2011) gera cerca de 100 mil empregos no país.

A maior parte do setor é caracterizada como empresa de médio porte com 59%, e apenas 3% são micro empresas.

FIGURA 1 – Gráfico Porte das Empresas de Produtos Médico-Hospitalares



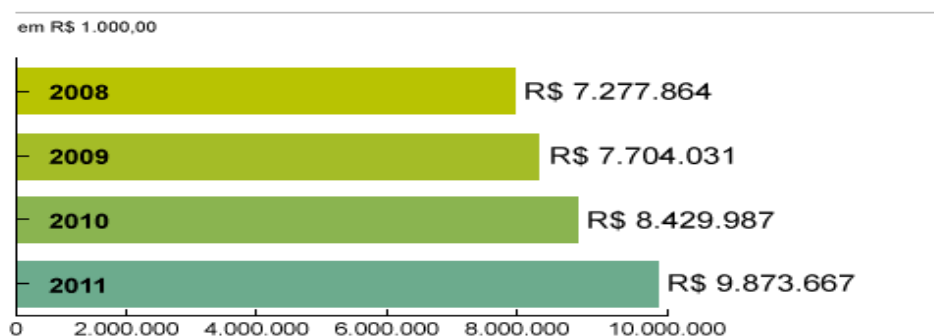
FONTE: ABIMO 2011

De acordo com a ABIMO (2011) a indústria de produtos médico-hospitalares é capaz de cumprir 90% das necessidades do mercado interno, considerado pela mesma Associação um pilar para a economia brasileira.

Nos últimos anos houve uma elevação no faturamento das empresas, que passou de 2008 R\$ 7.277.84 para 2012 com R\$ 9.873.667 de faturamento.



FIGURA 2 – Gráfico Faturamento das Empresas de Produtos Médico-Hospitalares



FONTE: ABIMO (2011)

#### 4.1.2 Tributos Incidentes no Setor

De acordo com a ANVISA os tributos incidentes no setor de Produtos para Saúde são: o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de transporte Interestadual, intermunicipal e de Comunicação), PIS (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

Destes tributos sendo o IPI e ICMS tributos indiretos e o PIS e COFINS tributos diretos.

#### 4.2 EMPRESA ESTUDADA

A empresa X Produtos Para a Saúde está localizada em uma cidade de médio porte na região Sul do Brasil, fundada em 2002, possuindo 2 sócios, na época, com 50 funcionários, e um faturamento anual de R\$1.500.000,00. Atualmente a empresa conta com um quadro de 150 funcionários, e um faturamento de R\$ 14.211.497,41. Ela é caracterizada como uma empresa de médio porte, fabricante de produtos médico-hospitalares, como: curativos stopper, curativos hospitalares, drenos, sondas, dispositivos, entre outros.

O processo de industrialização destes produtos consiste em áreas de laboratório para testes físicos e comprobatórios, sistema informatizado para

rastreamento da origem de seus componentes e o destino de cada peça produzida e aprovado pelo SGQ (Sistema de Garantia da Qualidade).

O regime de tributação da empresa era o Simples Nacional até 2008. Em 2009, ele foi alterado para o lucro presumido, regime este atuante até o ano de 2011.

A opção da escolha dos regimes de tributação a serem aplicados na empresa, deve ser realizada de forma correta, pois uma escolha errada, pode ocasionar no endividamento da empresa; endividamento este, um dos objetivos de estudo da estrutura de capital.

#### 4.2.1 Estrutura de Capital

A estrutura de capital, como vista, abrange a composição das fontes de financiamento da empresa, ou seja, o capital próprio e capital de terceiros.

A seguir serão apresentadas as estruturas de capital da Empresa x Produtos Para a Saúde, nos anos de 2009, 2010 e 2011.

- **BALANÇO PATRIMONIAL**

QUADRO 5 – Balanço Patrimonial

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	2.345.463,92	2.348.625,47	3.492.593,81
Disponível	651.054,59	254.573,90	627.912,68
Créditos	1.694.409,33	2.094.051,57	2.864.681,13
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	910.882,16	4.168.982,05	5.088.601,93
Imobilizado	910.882,16	4.168.982,05	5.088.601,93
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>3.256.346,08</b>	<b>6.517.607,52</b>	<b>8.581.195,74</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	206.333,43	152.207,50	306.781,20
Obrigações Trabalhistas	119.593,53	81.527,38	71.838,80
Obrigações Tributárias	86.739,90	70.680,12	234.942,40
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	3.050.012,65	6.365.400,02	8.274.414,54
Capital	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Reservas	2.930.012,65	6.245.400,02	8.154.414,54
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>3.256.346,08</b>	<b>6.517.607,52</b>	<b>8.581.195,74</b>

FONTE: Elaborado pela autora, conforme dados fornecidos

Lembrando que no Balanço Patrimonial os valores dos tributos já estão como pagos.

- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

QUADRO 6 – Demonstração do Resultado do Exercício

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>6.868.337,21</b>	<b>11.304.713,68</b>	<b>14.211.497,41</b>
Venda de Produção	6.868.337,21	11.304.713,68	14.211.497,41
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>431.383,87</b>	<b>1.238.033,27</b>	<b>3.025.863,20</b>
Devoluções	85.312,00	185.754,04	790.726,99
PIS	44.089,66	72.273,24	87.235,01
COFINS	203.490,74	333.568,23	402.623,11
ICMS	98.491,47	644.006,11	1.468.984,66
IPI	0,00	2.431,65	276.293,43
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>6.436.953,34</b>	<b>10.066.680,41</b>	<b>11.185.634,21</b>
<b>(-) CUSTOS</b>	<b>3.503.607,18</b>	<b>4.141.227,20</b>	<b>6.047.840,88</b>
Custo de Mercadorias	3.503.607,18	4.141.227,20	6.047.840,88
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.933.346,16</b>	<b>5.925.453,21</b>	<b>5.137.793,33</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>788.145,80</b>	<b>1.824.054,97</b>	<b>2.997.048,52</b>
Encargos Sociais	181.048,63	272.822,64	247.687,21
Despesas Gerais	588.576,11	1.486.984,88	2.626.714,35
Despesas Financeiras	0,00	10.076,29	11,77
Despesas Tributárias	18.521,06	54.171,16	122.635,19
<b>RESULTADO ANTES DAS OPER. FINANC.</b>	<b>2.145.200,36</b>	<b>4.101.398,24</b>	<b>2.140.744,81</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>2.145.200,36</b>	<b>4.101.398,24</b>	<b>2.140.744,81</b>
Provisão p/ Imposto de renda	111.660,45	198.379,20	244.415,41
Provisão p/ Contribuição Social	73.256,67	120.084,76	144.944,33
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>1.960.283,24</b>	<b>3.782.934,28</b>	<b>1.751.385,07</b>

FONTE: Elaborado pela autora, conforme dados fornecidos

A empresa desde o começo de suas atividades adotou a política da compra de materiais ou produtos a vista.

A mesma não usufrui de empréstimos e financiamentos tanto de curto quanto de longo prazo, não tendo, assim, a conta Passivo Não Circulante. Todas as obrigações são pagas utilizando-se o Capital Próprio.

#### 4.2.2 Demonstração dos Cálculos dos Tributos

Este capítulo será destinado aos cálculos dos tributos federais: PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, incidentes para a empresa. Os cálculos serão efetuados respeitando os métodos de tributação e a legislação vigente a fim de verificar qual a forma mais viável para a empresa.

Os regimes de tributação utilizados serão: o Simples Nacional, Lucro Presumido e o Lucro Real. A apuração dos dados contábeis a realizar, serão dos anos de 2009 a 2011.

##### 4.2.2.1 Cálculo pelo Simples Nacional

A empresa não pode ser enquadrada no Simples Nacional, pois a receita bruta ultrapassa os limites dispostos pela Lei, deixando de ser microempresa ou empresa de pequeno porte. Sendo assim, a empresa será apenas tributada pelo Lucro Real e Lucro Presumido.

##### 4.2.2.2 Cálculo pelo Lucro Presumido

No Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e CSLL são aplicados os percentuais de presunção sobre a receita bruta, cujos percentuais ocorrem de acordo com a atividade exercida. O IRPJ e CSLL serão calculados trimestralmente.

Já o PIS e COFINS serão calculados mensalmente, conforme a Lei, e de forma cumulativa, ou seja, não gera direito a créditos nas entradas.

- PIS e COFINS

Os quadros foram divididos para melhor visualização.

## a) 2009

QUADRO 7 – Cálculo PIS e COFINS ano 2009 no Lucro Presumido

<b>CÁLCULO PIS E COFINS - LUCRO PRESUMIDO</b>						
<b>Exercício 2009</b>						
<b>Tributos</b>	<b>PIS</b>			<b>COFINS</b>		
<b>Discriminação</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>%</b>	<b>PIS a Recolher</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>%</b>	<b>COFINS a Recolher</b>
Janeiro	533.704,62	0,65	<b>3.469,08</b>	533.704,62	3	<b>16.011,14</b>
Fevereiro	463.487,91	0,65	<b>3.012,67</b>	463.487,91	3	<b>13.904,64</b>
Março	177.412,98	0,65	<b>1.153,18</b>	177.412,98	3	<b>5.322,39</b>
Abril	394.730,76	0,65	<b>2.565,75</b>	394.730,76	3	<b>11.841,92</b>
Maiο	407.105,38	0,65	<b>2.646,18</b>	407.105,38	3	<b>12.213,16</b>
Junho	646.821,37	0,65	<b>4.204,34</b>	646.821,37	3	<b>19.404,64</b>
Julho	505.661,30	0,65	<b>3.286,80</b>	505.661,30	3	<b>15.169,84</b>
Agosto	708.755,11	0,65	<b>4.606,91</b>	708.755,11	3	<b>21.262,65</b>
Setembro	473.962,27	0,65	<b>3.080,75</b>	473.962,27	3	<b>14.218,87</b>
Outubro	727.445,46	0,65	<b>4.728,40</b>	727.445,46	3	<b>21.823,36</b>
Novembro	706.382,87	0,65	<b>4.591,49</b>	706.382,87	3	<b>21.191,49</b>
Dezembro	1.037.555,18	0,65	<b>6.744,11</b>	1.037.555,18	3	<b>31.126,66</b>

FONTE: Elaborado pela autora

## b) 2010

QUADRO 8 – Cálculo PIS e COFINS ano 2010 no Lucro Presumido

<b>CÁLCULO PIS E COFINS - LUCRO PRESUMIDO</b>						
<b>Exercício 2010</b>						
<b>Tributos</b>	<b>PIS</b>			<b>COFINS</b>		
<b>Discriminação</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>%</b>	<b>PIS a Recolher</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>%</b>	<b>COFINS a Recolher</b>
Janeiro	827.761,31	0,65	<b>5.380,45</b>	827.761,31	3	<b>24.832,84</b>
Fevereiro	913.901,06	0,65	<b>5.940,36</b>	913.901,06	3	<b>27.417,03</b>
Março	1.629.436,95	0,65	<b>10.591,34</b>	1.629.436,95	3	<b>48.883,11</b>
Abril	1.401.810,62	0,65	<b>9.111,77</b>	1.401.810,62	3	<b>42.054,32</b>
Maiο	1.183.053,91	0,65	<b>7.689,85</b>	1.183.053,91	3	<b>35.491,62</b>
Junho	735.444,25	0,65	<b>4.780,39</b>	735.444,25	3	<b>22.063,33</b>
Julho	737.002,60	0,65	<b>4.790,52</b>	737.002,60	3	<b>22.110,08</b>
Agosto	615.526,82	0,65	<b>4.000,92</b>	615.526,82	3	<b>18.465,80</b>
Setembro	620.828,05	0,65	<b>4.035,38</b>	620.828,05	3	<b>18.624,84</b>
Outubro	704.446,14	0,65	<b>4.578,90</b>	704.446,14	3	<b>21.133,38</b>
Novembro	788.974,09	0,65	<b>5.128,33</b>	788.974,09	3	<b>23.669,22</b>
Dezembro	960.773,84	0,65	<b>6.245,03</b>	960.773,84	3	<b>28.823,22</b>

FONTE: Elaborado pela autora

c) 2011

QUADRO 9 – Cálculo PIS e COFINS ano 2011 no Lucro Presumido

<b>CÁLCULO PIS E COFINS - LUCRO PRESUMIDO</b>						
<b>Exercício 2011</b>						
<b>Tributos</b>	<b>PIS</b>			<b>COFINS</b>		
<b>Discriminação</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>%</b>	<b>PIS a Recolher</b>	<b>Base de Cálculo</b>	<b>%</b>	<b>COFINS a Recolher</b>
<b>Janeiro</b>	571.953,76	0,65	<b>3.717,70</b>	571.953,76	3	<b>17.158,61</b>
<b>Fevereiro</b>	729.265,76	0,65	<b>4.740,23</b>	729.265,76	3	<b>21.877,97</b>
<b>Março</b>	1.035.021,39	0,65	<b>6.727,64</b>	1.035.021,39	3	<b>31.050,64</b>
<b>Abril</b>	891.138,98	0,65	<b>5.792,40</b>	891.138,98	3	<b>26.734,17</b>
<b>Mai</b>	1.189.181,33	0,65	<b>7.729,68</b>	1.189.181,33	3	<b>35.675,44</b>
<b>Junho</b>	1.091.136,65	0,65	<b>7.092,39</b>	1.091.136,65	3	<b>32.734,10</b>
<b>Julho</b>	1.293.631,17	0,65	<b>8.408,60</b>	1.293.631,17	3	<b>38.808,94</b>
<b>Agosto</b>	1.307.854,88	0,65	<b>8.501,06</b>	1.307.854,88	3	<b>39.235,65</b>
<b>Setembro</b>	1.059.371,09	0,65	<b>6.885,91</b>	1.059.371,09	3	<b>31.781,13</b>
<b>Outubro</b>	1.390.510,88	0,65	<b>9.038,32</b>	1.390.510,88	3	<b>41.715,33</b>
<b>Novembro</b>	1.289.019,81	0,65	<b>8.378,63</b>	1.289.019,81	3	<b>38.670,59</b>
<b>Dezembro</b>	1.572.684,72	0,65	<b>10.222,45</b>	1.572.684,72	3	<b>47.180,54</b>

FONTE: Elaborado pela autora

Toma-se como base de cálculos nos anos de 2009, 2010 e 2011 para a aplicação das alíquotas, o faturamento deduzidos os itens dispostos na Lei nº 9.718, em seu art. 3º, § 2º.

Como visto, o PIS e COFINS no lucro presumido são cumulativos, sendo suas alíquotas 0,65% e 3% respectivamente, multiplicadas pela base de cálculo aqui encontrada em cada mês. A empresa nos três anos estudados não apresenta outras receitas e ganhos, apenas a venda de produtos de sua fabricação.

- IRPJ e CSLL

a) 2009

QUADRO 10 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2009 no Lucro Presumido

<b>Exercício 2009</b>				
<b>Discriminação</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>
Vendas	1.209.679,79	1.467.399,95	1.710.630,32	2.480.627,15
(-) Devoluções	35.074,28	18.742,44	22.251,64	9.243,64
Vendas Líquidas	1.174.605,51	1.448.657,51	1.688.378,68	2.471.383,51
(+) Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	1.174.605,51	1.448.657,51	1.688.378,68	2.471.383,51
<b>IRPJ</b>				
Percentual Presunção %	8	8	8	8
Base de Cálculo IRPJ	93.968,44	115.892,60	135.070,29	197.710,68
IRPJ - 15% sobre base de cálculo	14.095,27	17.383,89	20.260,54	29.656,60
Adicional 10%	3.396,84	5.589,26	7.507,03	13.771,07
<b>IRPJ A RECOLHER</b>	<b>17.492,11</b>	<b>22.973,15</b>	<b>27.767,57</b>	<b>43.427,67</b>
<b>CSLL</b>				
Percentual Presunção %	12	12	12	12
Base de Cálculo CSLL	140.952,66	173.838,90	202.605,44	296.566,02
CSLL - 9% sobre base de cálculo	12.685,74	15.645,50	18.234,49	26.690,94
<b>CSLL A RECOLHER</b>	<b>12.685,74</b>	<b>15.645,50</b>	<b>18.234,49</b>	<b>26.690,94</b>

FONTE: Elaborado pela autora

b) 2010

QUADRO 11 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2010 no Lucro Presumido

<b>CÁLCULO IRPJ E CSLL - LUCRO PRESUMIDO</b>				
<b>Exercício 2010</b>				
<b>Discriminação</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>
Vendas	3.470.381,48	3.340.270,90	2.037.786,31	2.456.274,99
(-) Devoluções	99.282,16	19.962,12	64.428,84	2.080,92
Vendas Líquidas	3.371.099,32	3.320.308,78	1.973.357,47	2.454.194,07
(+) outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	3.371.099,32	3.320.308,78	1.973.357,47	2.454.194,07
<b>IRPJ</b>				
Percentual Presunção %	8	8	8	8
Base de Cálculo IRPJ	269.687,95	265.624,70	157.868,60	196.335,53
IRPJ - 15% sobre base de cálculo	40.453,19	39.843,71	23.680,29	29.450,33
Adicional 10%	20.968,80	20.562,47	9.786,86	13.633,55
<b>IRPJ A RECOLHER</b>	<b>61.421,99</b>	<b>60.406,18</b>	<b>33.467,15</b>	<b>43.083,88</b>
<b>CSLL</b>				
Percentual Presunção %	12	12	12	12
Base de Cálculo CSLL	404.531,92	398.437,05	236.802,90	294.503,29
CSLL - 9% sobre base de cálculo	36.407,87	35.859,33	21.312,26	26.505,30
<b>CSLL A RECOLHER</b>	<b>36.407,87</b>	<b>35.859,33</b>	<b>21.312,26</b>	<b>26.505,30</b>

FONTE: Elaborado pela autora



c) 2011

QUADRO 12 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2011 no Lucro Presumido

<b>CÁLCULO IRPJ E CSLL - LUCRO PRESUMIDO</b>				
<b>Exercício 2011</b>				
<b>Discriminação</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>
Vendas	2.415.735,16	3.196.034,27	4.290.411,36	4.309.316,62
(-) Devoluções	79.494,25	24.577,31	629.554,22	57.101,21
Vendas Líquidas	2.336.240,91	3.171.456,96	3.660.857,14	4.252.215,41
(+) Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	2.336.240,91	3.171.456,96	3.660.857,14	4.252.215,41
<b>IRPJ</b>				
Percentual Presunção %	8	8	8	8
Base de Cálculo IRPJ	186.899,27	253.716,56	292.868,57	340.177,23
IRPJ - 15% sobre base de cálculo	28.034,89	38.057,48	43.930,29	51.026,58
Adicional 10%	12.689,93	19.371,66	23.286,86	28.017,72
<b>IRPJ A RECOLHER</b>	<b>40.724,82</b>	<b>57.429,14</b>	<b>67.217,15</b>	<b>79.044,30</b>
<b>CSLL</b>				
Percentual Presunção %	12	12	12	12
Base de Cálculo CSLL	280.348,91	380.574,84	439.302,86	510.265,85
CSLL - 9% sobre base de cálculo	25.231,40	34.251,74	39.537,26	45.923,93
<b>CSLL A RECOLHER</b>	<b>25.231,40</b>	<b>34.251,74</b>	<b>39.537,26</b>	<b>45.923,93</b>

FONTE: Elaborado pela autora

Para o cálculo do IRPJ, aplicou-se sobre a receita o percentual de 8%, percentual este relacionado com a atividade exercida na empresa, a de venda de produtos. Após a base de cálculo encontrada, houve a multiplicação pela alíquota imposta pela Lei, de 15%.

Como a base de cálculo excedeu o limite de R\$ 60.000,00, foi necessário conforme determina a Lei, o adicional de 10% (Base de Cálculo-R\$60.000\*10%), para enfim, após a soma do valor encontrado na aplicação de 15% e do adicional, obter o IRPJ a recolher.

Para a apuração da CSLL, foi aplicado o percentual de presunção de 12% sobre a receita. Os percentuais de presunção aplicados são os mesmo nos três anos estudados, pois a empresa manteve a mesma atividade exercida. Após, aplicou-se sobre a base de cálculo a alíquota de 9%, imposta pela Lei. Na CSLL não há a incidência do adicional.

#### 4.2.2.3 Cálculo pelo Lucro Real

No Lucro Real, diferentemente do Presumido, no IRPJ e CSLL não há a aplicação do percentual de presunção. Para fins desta pesquisa, será realizado o Lucro Real Trimestral.

Já o PIS e COFINS continuaram sendo calculados mensalmente, mas agora de forma não cumulativa, isto é, gerando créditos nas entradas.

- PIS e COFINS

Novamente os quadros foram divididos para melhor visualização dos cálculos.

##### a) 2009

QUADRO 13 – Cálculo PIS e COFINS ano 2009 no Lucro Real

CÁLCULO PIS E COFINS - LUCRO REAL						
Exercício 2009	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
<b>(+) RECEITAS</b>	<b>537.107,42</b>	<b>463.836,21</b>	<b>208.736,16</b>	<b>406.181,42</b>	<b>412.812,02</b>	<b>648.406,51</b>
Receita de Vendas Produtos Fabricação Própria	537.107,42	463.836,21	208.736,16	406.181,42	412.812,02	648.406,51
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) ISENÇÕES E EXCLUSÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) CRÉDITOS</b>	<b>45.514,58</b>	<b>28.316,41</b>	<b>85.062,54</b>	<b>45.576,78</b>	<b>34.359,70</b>	<b>42.046,78</b>
Frete/ Consumo/ Manutenção	32.853,14	20.823,78	22.003,04	27.433,45	20.896,17	33.989,88
Energia Elétrica	5.855,84	7.144,33	7.256,32	6.692,67	7.756,89	6.471,76
Devolução de Vendas (Deduzido IPI)	6.805,60	348,30	55.803,18	11.450,66	5.706,64	1.585,14
<b>BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS</b>	<b>491.592,84</b>	<b>435.519,80</b>	<b>123.673,62</b>	<b>360.604,64</b>	<b>378.452,32</b>	<b>606.359,73</b>
Alíquota PIS %	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65
<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>8.111,28</b>	<b>7.186,08</b>	<b>2.040,61</b>	<b>5.949,98</b>	<b>6.244,46</b>	<b>10.004,94</b>
Alíquota COFINS %	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60
<b>COFINS A RECOLHER</b>	<b>37.361,06</b>	<b>33.099,50</b>	<b>9.399,20</b>	<b>27.405,95</b>	<b>28.762,38</b>	<b>46.083,34</b>
Exercício 2009	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>(+) RECEITAS</b>	<b>510.184,48</b>	<b>718.718,57</b>	<b>481.727,27</b>	<b>727.445,46</b>	<b>714.648,51</b>	<b>1.038.533,18</b>
Receita de Vendas Produtos Fabricação Própria	510.184,48	718.718,57	481.727,27	727.445,46	714.648,51	1.038.533,18
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) ISENÇÕES E EXCLUSÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) CRÉDITOS</b>	<b>35.817,84</b>	<b>60.767,43</b>	<b>30.357,99</b>	<b>32.173,64</b>	<b>41.922,01</b>	<b>697,40</b>
Frete/ Consumo/ Manutenção	23.516,66	43.222,97	14.361,74	24.171,32	26.110,05	19.078,88
Energia Elétrica	7.778,00	7.581,00	8.231,25	8.002,32	7.546,32	8.523,32
Devolução de Vendas (Deduzido IPI)	4.523,18	9.963,46	7.765,00	0,00	8.265,64	-26.904,80
<b>BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS</b>	<b>474.366,64</b>	<b>657.951,14</b>	<b>451.369,28</b>	<b>695.271,82</b>	<b>672.726,50</b>	<b>1.037.835,78</b>
Alíquota PIS %	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65
<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>7.827,05</b>	<b>10.856,19</b>	<b>7.447,59</b>	<b>11.471,99</b>	<b>11.099,99</b>	<b>17.124,29</b>
Alíquota COFINS %	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60
<b>COFINS A RECOLHER</b>	<b>36.051,86</b>	<b>50.004,29</b>	<b>34.304,07</b>	<b>52.840,66</b>	<b>51.127,21</b>	<b>78.875,52</b>

FONTE: Elaborado pela autora

b) 2010

QUADRO 14 – Cálculo PIS e COFINS ano 2010 no Lucro Real

CÁLCULO PIS E COFINS - LUCRO REAL						
Exercício 2010	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
<b>(+) RECEITAS</b>	<b>911.721,01</b>	<b>914.288,21</b>	<b>1.644.372,26</b>	<b>1.414.894,46</b>	<b>1.186.351,51</b>	<b>739.024,93</b>
Receita de Vendas Produtos Fabricação Própria	911.721,01	914.288,21	1.644.372,26	1.414.894,46	1.186.351,51	739.024,93
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) ISENÇÕES E EXCLUSÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16,91</b>	<b>0,00</b>
IPI sobre as Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	16,91	0,00
<b>(-) CRÉDITOS</b>	<b>106.051,42</b>	<b>17.687,43</b>	<b>44.795,35</b>	<b>41.332,11</b>	<b>27.761,27</b>	<b>63.675,34</b>
Frete/ Consumo/ Manutenção	50,00	425,26	7.602,82	5.445,76	1.060,91	36.260,79
Energia Elétrica	5.265,54	98,84	5.481,04	6.026,33	6.643,49	7.057,69
Encargos de Deprec. e Amortiz. s/ Imobilizado	16.776,18	16.776,18	16.776,18	16.776,18	16.776,18	16.776,18
Devolução de Vendas (Deduzido IPI)	83.959,70	387,15	14.935,31	13.083,84	3.280,69	3.580,68
<b>BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS</b>	<b>805.669,59</b>	<b>896.600,78</b>	<b>1.599.576,91</b>	<b>1.373.562,35</b>	<b>1.158.573,33</b>	<b>675.349,59</b>
Alíquota PIS %	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65
<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>13.293,55</b>	<b>14.793,91</b>	<b>26.393,02</b>	<b>22.663,78</b>	<b>19.116,46</b>	<b>11.143,27</b>
Alíquota COFINS %	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60
<b>COFINS A RECOLHER</b>	<b>61.230,89</b>	<b>68.141,66</b>	<b>121.567,85</b>	<b>104.390,74</b>	<b>88.051,57</b>	<b>51.326,57</b>
Exercício 2010	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>(+) RECEITAS</b>	<b>751.026,84</b>	<b>632.576,42</b>	<b>654.183,05</b>	<b>704.668,54</b>	<b>790.832,61</b>	<b>960.773,84</b>
Receita de Vendas Produtos Fabricação Própria	751.026,84	632.576,42	654.183,05	704.668,54	790.832,61	960.773,84
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) ISENÇÕES E EXCLUSÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18,82</b>	<b>421,18</b>	<b>1.974,74</b>
IPI sobre as Vendas	0,00	0,00	0,00	18,82	421,18	1.974,74
<b>(-) CRÉDITOS</b>	<b>54.745,00</b>	<b>166.680,31</b>	<b>151.829,09</b>	<b>54.921,61</b>	<b>71.963,50</b>	<b>57.807,47</b>
Frete/ Consumo/ Manutenção	15.295,46	118.082,12	8.613,46	33.155,31	37.475,92	22.624,45
Energia Elétrica	8.649,12	14.772,41	6.146,95	4.786,54	16.274,06	18.406,84
Encargos de Deprec. e Amortiz. s/ Imobilizado	16.776,18	16.776,18	103.713,68	16.776,18	16.776,18	16.776,18
Devolução de Vendas (Deduzido IPI)	14.024,24	17.049,60	33.355,00	203,58	1.437,34	0,00
<b>BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS</b>	<b>696.281,84</b>	<b>465.896,11</b>	<b>502.353,96</b>	<b>649.728,11</b>	<b>718.447,93</b>	<b>900.991,63</b>
Alíquota PIS %	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65
<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>11.488,65</b>	<b>7.687,29</b>	<b>8.288,84</b>	<b>10.720,51</b>	<b>11.854,39</b>	<b>14.866,36</b>
Alíquota COFINS %	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60
<b>COFINS A RECOLHER</b>	<b>52.917,42</b>	<b>35.408,10</b>	<b>38.178,90</b>	<b>49.379,34</b>	<b>54.602,04</b>	<b>68.475,36</b>

FONTE: Elaborado pela autora

c) 2011

QUADRO 15 – Cálculo PIS e COFINS ano 2011 no Lucro Real

CÁLCULO PIS E COFINS - LUCRO REAL						
Exercício 2011	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
<b>(+) RECEITAS</b>	<b>612.027,39</b>	<b>734.950,21</b>	<b>1.068.757,56</b>	<b>908.418,83</b>	<b>1.190.643,69</b>	<b>1.096.971,75</b>
Receita de Vendas Produtos Fabricação Própria	612.027,39	734.950,21	1.068.757,56	908.418,83	1.190.643,69	1.096.971,75
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) ISENÇÕES E EXCLUSÕES</b>	<b>1.222,44</b>	<b>375,79</b>	<b>3.090,58</b>	<b>1.333,37</b>	<b>572,67</b>	<b>93.026,88</b>
IPI sobre as Vendas	1.222,44	375,79	3.090,58	1.333,37	572,67	93.026,88
Venda de Bens do Ativo Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) CRÉDITOS</b>	<b>104.138,53</b>	<b>97.619,52</b>	<b>106.915,26</b>	<b>77.790,91</b>	<b>62.005,26</b>	<b>-59.312,72</b>
Frete/ Consumo/ Manutenção	14.757,56	46.645,79	30.867,33	15.503,73	11.941,55	8.826,21
Energia Elétrica	12.811,92	7.785,24	7.522,51	8.460,87	9.891,66	19.052,85
Encargos de Deprec. e Amortiz. s/ Imobilizado	37.717,86	37.879,83	37.879,83	37.879,83	39.282,36	0,00
Devolução de Vendas (Deduzido IPI)	38.851,19	5.308,66	30.645,59	15.946,48	889,69	-87.191,78
<b>BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS</b>	<b>506.666,42</b>	<b>636.954,90</b>	<b>958.751,72</b>	<b>829.294,55</b>	<b>1.128.065,76</b>	<b>1.063.257,59</b>
Alíquota PIS %	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65
<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>8.360,00</b>	<b>10.509,76</b>	<b>15.819,40</b>	<b>13.683,36</b>	<b>18.613,09</b>	<b>17.543,75</b>
Alíquota COFINS %	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60
<b>COFINS A RECOLHER</b>	<b>38.506,65</b>	<b>48.408,57</b>	<b>72.865,13</b>	<b>63.026,39</b>	<b>85.733,00</b>	<b>80.807,58</b>
Exercício 2011	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>(+) RECEITAS</b>	<b>1.903.680,73</b>	<b>1.315.399,54</b>	<b>1.071.331,09</b>	<b>1.395.219,64</b>	<b>1.308.595,14</b>	<b>1.605.501,84</b>
Receita de Vendas Produtos Fabricação Própria	1.903.680,73	1.315.399,54	1.071.331,09	1.395.219,64	1.308.595,14	1.605.501,84
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) ISENÇÕES E EXCLUSÕES</b>	<b>316,49</b>	<b>407,59</b>	<b>22.100,75</b>	<b>108.261,48</b>	<b>229,09</b>	<b>67.356,30</b>
IPI sobre as Vendas	316,49	407,59	100,75	108.261,48	229,09	67.356,30
Venda de Bens do Ativo Imobilizado	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>(-) CRÉDITOS</b>	<b>625.879,91</b>	<b>38.442,78</b>	<b>42.055,01</b>	<b>-68.492,35</b>	<b>59.539,02</b>	<b>-5.463,23</b>
Frete/ Consumo/ Manutenção	8.073,42	10.087,62	3.931,37	11.581,53	17.409,50	10.986,83
Energia Elétrica	8.073,42	21.217,89	26.264,39	23.478,84	22.783,28	18.089,12
Encargos de Deprec. e Amortiz. s/ Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devolução de Vendas (Deduzido IPI)	609.733,07	7.137,27	11.859,25	-103.552,72	19.346,24	-34.539,18
<b>BASE DE CÁLCULO PIS E COFINS</b>	<b>1.277.484,33</b>	<b>1.276.549,17</b>	<b>1.007.175,33</b>	<b>1.355.450,51</b>	<b>1.248.827,03</b>	<b>1.543.608,77</b>
Alíquota PIS %	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65	1,65
<b>PIS A RECOLHER</b>	<b>21.078,49</b>	<b>21.063,06</b>	<b>16.618,39</b>	<b>22.364,93</b>	<b>20.605,65</b>	<b>25.469,54</b>
Alíquota COFINS %	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60	7,60
<b>COFINS A RECOLHER</b>	<b>97.088,81</b>	<b>97.017,74</b>	<b>76.545,33</b>	<b>103.014,24</b>	<b>94.910,85</b>	<b>117.314,27</b>

FONTE: Elaborado pela autora

Nos quadros de nrs. 13 a 15, os cálculos do PIS e COFINS dos anos foram feitos pelo sistema não cumulativo, como dito anteriormente, aplicando-se a alíquota de 0,65% para PIS e 7,6% para COFINS sobre a base de cálculo apurada através do faturamento mensal menos as isenções e exclusões, e menos os créditos (despesas) aplicados nas mercadorias, como energia elétrica, frete, manutenção, entre outros.

No ano de 2009 a empresa não apresentou isenções e exclusões, sendo a base de cálculo a receita menos os créditos. O item Devoluções de Vendas não existiu no mês de outubro.

No ano de 2010 a base de cálculo esta composta pela receita, menos isenções e exclusões, existentes esse ano nos meses de maio, outubro, novembro dezembro, como IPI sobre vendas; e menos os créditos, composto pela depreciação e amortização existentes esse ano. Diferentemente de 2009, não houve devoluções de vendas em Dezembro, e não, em outubro.

Já em 2011, a empresa apresentou em isenções ou exclusões a venda de bens do Ativo Imobilizado no mês de setembro, e não apresentou depreciação e amortização no segundo semestre inteiro, e diferentemente de 2009 e 2010, o ano de 2011 apresenta devoluções de vendas e IPI sobre vendas o ano todo.

- IRPJ e CSLL

a) 2009

QUADRO 16 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2009 no Lucro Real

CÁLCULO IRPJ E CSLL - LUCRO REAL				
Exercício 2009	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>LUCRO ANTES DA CSLL E DO IR</b>	<b>82.366,66</b>	<b>214.774,03</b>	<b>406.763,63</b>	<b>1.441.296,04</b>
<b>ADIÇÕES</b>				
(+) Doações	300,00	0,00	0,00	0,00
(+) Alimentação dos Sócios	7.581,59	3.134,86	11.574,99	0,00
(+) Multas por Infraç. Fiscal	180,90	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS ADIÇÕES</b>	<b>8.062,49</b>	<b>3.134,86</b>	<b>11.574,99</b>	<b>0,00</b>
<b>EXCLUSÕES</b>				
<b>TOTAL DAS EXCLUSÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IRPJ</b>				
Base de Cálculo antes da Compensação	90.429,15	217.908,89	418.338,62	1.441.296,04
Compensação de Prejuízos ant. limite 30% da linha anterior				
Base de Cálculo	90.429,15	217.908,89	418.338,62	1.441.296,04
IRPJ 15%	13.564,37	32.686,33	62.750,79	216.194,41
Adicional IRPJ - limite mensal	3.042,92	15.791,89	35.833,86	138.129,60
<b>IRPJ A RECOLHER</b>	<b>16.607,29</b>	<b>48.478,22</b>	<b>98.584,65</b>	<b>354.324,01</b>
<b>CSLL</b>				
Base de Cálculo antes da Compensação	90.429,15	217.908,89	418.338,62	1.441.296,04
Compensação de Prejuízos ant. limite 30% da linha anterior				
Base de Cálculo	90.429,15	217.908,89	418.338,62	1.441.296,04
CSLL 9%	8.138,62	19.611,80	37.650,48	129.716,64
<b>CSLL A RECOLHER</b>	<b>8.138,62</b>	<b>19.611,80</b>	<b>37.650,48</b>	<b>129.716,64</b>

FONTE: Elaborado pela autora

b) 2010

QUADRO 17 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2010 no Lucro Real

<b>CÁLCULO IRPJ E CSLL - LUCRO REAL</b>				
<b>Exercício 2010</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>
<b>LUCRO ANTES DA CSLL E DO IR</b>	<b>2.086.753,95</b>	<b>1.648.511,09</b>	<b>-69.456,58</b>	<b>435.589,78</b>
<b>ADIÇÕES</b>				
(+) Doações	0,00	0,00	1.799,00	0,00
(+) Alimentação dos Sócios	0,00	2.082,35	7.414,79	10.272,82
(+) Multas por Infraç. Fiscal	0,00	0,00	366,05	177,30
(+) Depreciação veículos dos sócios	0,00	0,00	21.800,00	0,00
<b>TOTAL DAS ADIÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>2.082,35</b>	<b>31.379,84</b>	<b>10.450,12</b>
<b>EXCLUSÕES</b>				
Venda de Bens do Ativo Imobilizado	0,00	0,00	63.000,00	30.534,00
<b>TOTAL DAS EXCLUSÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>63.000,00</b>	<b>30.534,00</b>
<b>IRPJ</b>				
Base de Cálculo antes da Compensação	2.086.753,95	1.650.593,44	-101.076,74	415.505,90
Compensação de Prejuízos ant. limite 30% da linha anterior				30.323,02
Base de Cálculo	2.086.753,95	1.650.593,44		445.828,92
IRPJ 15%	313.013,09	247.589,02		66.874,34
Adicional IRPJ - limite mensal	202.675,40	159.059,34		38.582,89
<b>IRPJ A RECOLHER</b>	<b>515.688,49</b>	<b>406.648,36</b>		<b>105.457,23</b>
<b>CSLL</b>				
Base de Cálculo antes da Compensação	2.086.753,95	1.650.593,44		415.505,90
Compensação de Prejuízos ant. limite 30% da linha anterior				30.323,02
Base de Cálculo	2.086.753,95	1.650.593,44		445.828,92
CSLL 9%	187.807,86	148.553,41		40.124,60
<b>CSLL A RECOLHER</b>	<b>187.807,86</b>	<b>148.553,41</b>		<b>40.124,60</b>

FONTE: Elaborado pela autora

c) 2011

QUADRO 18 – Cálculo IRPJ e CSLL ano 2011 no Lucro Real

CÁLCULO IRPJ E CSLL - LUCRO REAL				
Exercício 2011	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>LUCRO ANTES DA CSLL E DO IR</b>	210.620,29	-18.681,40	684.514,79	1.264.291,13
<b>ADIÇÕES</b>				
(+) Doações	2.092,00	2.379,00	973,00	7.910,00
(+) Alimentação dos Sócios	8.058,74	16.833,50	13.068,72	36.889,19
(+) Multas por Infraç. Fiscal	323,48	1.067,03	0,00	0,00
(+) Depreciação veículos dos sócios	28.432,80	20.357,73	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS ADIÇÕES</b>	<b>38.907,02</b>	<b>40.637,26</b>	<b>14.041,72</b>	<b>44.799,19</b>
<b>EXCLUSÕES</b>				
Venda de Bens do Ativo Imobilizado	0,00	0,00	22.000,00	0,00
<b>TOTAL DAS EXCLUSÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IRPJ</b>				
Base de Cálculo antes da Compensação	249.527,31	21.955,86	676.556,51	1.309.090,32
Compensação de Prejuízos ant. limite 30% da linha anterior				
Base de Cálculo	249.527,31	21.955,86	676.556,51	1.309.090,32
IRPJ 15%	37.429,10	3.293,38	101.483,48	196.363,55
Adicional IRPJ - limite mensal	189.527,31	0,00	61.655,65	124.909,03
<b>IRPJ A RECOLHER</b>	<b>226.956,41</b>	<b>3.293,38</b>	<b>163.139,13</b>	<b>321.272,58</b>
<b>CSLL</b>				
Base de Cálculo antes da Compensação	249.527,31	21.955,86	676.556,51	1.309.090,32
Compensação de Prejuízos ant. limite 30% da linha anterior				
Base de Cálculo	249.527,31	21.955,86	676.556,51	1.309.090,32
CSLL 9%	22.457,46	1.976,03	60.890,09	117.818,13
<b>CSLL A RECOLHER</b>	<b>22.457,46</b>	<b>1.976,03</b>	<b>60.890,09</b>	<b>117.818,13</b>

FONTE: Elaborado pela autora

O Lucro Real é o lucro líquido ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas por lei. Após, calculada a base de cálculo, aplicou-se a alíquota de 15% para IRPJ, mais o adicional de 10%, quando os trimestres elevaram o limite de R\$ 60.000,00; e na CSLL foi aplicada a alíquota de 9%.

No ano de 2009, a empresa apresentou somente adições, estas adicionadas ao lucro antes da CSLL e IRPJ, formando a base de cálculo; no ano de 2009 não houve compensação de prejuízos.

Em 2010, a empresa apresentou adições e também exclusões na forma de venda de bens do Ativo Imobilizado no 3º e 4º trimestre. Após apurada a base de cálculo a empresa no 3º trimestre obteve prejuízo, que no 4º trimestre foram compensados. Após a compensação, foi obtido o IRPJ e CSLL a recolher.

Já em 2011, houve adições e exclusões, que assim como em 2010, na forma de venda de bens do Ativo Imobilizado, sendo no 4º trimestre. Há empresa,

em 2011 não apresentou prejuízos, e também não houve adicional de 10% no 2º trimestre.

#### 4.2.2.4 Comparação entre o Lucro Real e o Lucro Presumido

Após a apuração dos impostos pelo Lucro Real e Lucro Presumido, pode-se efetuar a seguinte comparação conforme o quadro abaixo:

QUADRO 19 – Lucro Real x Lucro Presumido

<b>LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO</b>			
	<b>Lucro Real</b>	<b>Lucro Presumido</b>	<b>LR x LP</b>
<b>2009</b>	1.303.791,20	432.497,59	871.293,61
<b>2010</b>	2.370.260,42	724.305,99	1.645.954,43
<b>2011</b>	2.104.771,19	879.217,86	1.225.553,33
<b>TOTAL</b>	<b>5.778.822,81</b>	<b>2.036.021,44</b>	<b>3.742.801,37</b>

FONTE: Elaborado pela autora

Pelo demonstrado no quadro 19, o Lucro Presumido é o mais vantajoso para a empresa, pois proporciona menores valores a serem pagos, havendo uma economia total de tributos do lucro presumido para o Real de R\$3.742.801,37.

Se a empresa opta-se pelo Lucro Real haveria uma maior incidência tributária e com isso o endividamento aumentaria, então seria necessário a empresa buscar por empréstimos ou financiamentos à longo prazo, sempre tomando o devido cuidado com taxas e juros.

O quadro 20 apresenta o comparativo final, com todos os tributos pesquisados inclusos, evidenciando as vantagens e desvantagens dos dois regimes de tributação.



QUADRO 20 – Tributos Lucro Real x Lucro Presumido

TRIBUTOS LR X LP				
2009				
	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL
LUCRO REAL	105.364,45	485.315,04	517.994,17	195.117,54
LUCRO PRESUMIDO	44.089,66	203.490,76	111.660,50	73.256,67
COMPARAÇÃO	61.274,79	281.824,28	406.333,67	121.860,87
2010				
	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL
LUCRO REAL	172.310,03	793.670,44	1.027.794,08	376.485,87
LUCRO PRESUMIDO	72.273,24	333.568,79	198.379,20	120.084,76
COMPARAÇÃO	100.036,79	460.101,65	829.414,88	256.401,11
2011				
	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL
LUCRO REAL	211.729,42	975.238,56	714.661,50	203.141,71
LUCRO PRESUMIDO	87.235,01	402.623,11	244.415,41	144.944,33
COMPARAÇÃO	124.494,41	572.615,45	470.246,09	58.197,38

FONTE: Elaborado pela autora

O Lucro Presumido tem como vantagem a sua forma simples de apuração e menores alíquotas dos tributos pesquisados, como 1,20% IRPJ, 1,08% CSLL, ou 32% para empresas prestadoras de serviços, 0,65% para PIS e 3% para COFINS. A empresa apresentou somente receita de vendas, usando as alíquotas de 8% e 12% proporcionando menores resultados, havendo menor custo com tributos.

No entanto, em relação ao PIS e COFINS, apesar de alíquotas menores, no presumido as empresas perdem o direito ao crédito relativo às despesas como energia elétrica e outras.

Por outro lado, a tributação pelo Lucro Real mede o lucro efetivo, ou seja, os impostos serão calculados de acordo com o lucro real obtido nas empresas. O lucro real exige mais rigidez no controle das contas e despesas da empresa, isto faz com que o regime seja pouco adotado entre os empreendedores.

Diferentemente do presumido, o lucro real dá direito ao crédito do PIS e COFINS sobre os cálculos. Porém se estas deduções forem em pequenas quantidades, não configuram como vantagem, pois não reduzem consideravelmente os montantes a pagar, como ocorre na empresa estudada.

Com isso, a empresa com intenção de pagar menos impostos, limita o crescimento em função da consideração de que no crescimento pretendido, investimentos e riscos são altos demais.

#### 4.2.2.5 Comparação dos Resultados entre os Valores da Estrutura de Capital

Comparando os valores da estrutura de capital com os valores encontrados nos cálculos realizados, temos:

QUADRO 21 – Demonstração do Resultado Lucro Presumido x Lucro Real

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
LUCRO PRESUMIDO				LUCRO REAL		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	2011	2009	2010	2011
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>6.868.337,21</b>	<b>11.304.713,68</b>	<b>14.211.497,41</b>	<b>6.868.337,21</b>	<b>11.304.713,68</b>	<b>14.211.497,41</b>
Venda de Produção	6.868.337,21	11.304.713,68	14.211.497,41	6.868.337,21	11.304.713,68	14.211.497,41
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>431.383,87</b>	<b>1.238.033,27</b>	<b>3.025.863,20</b>	<b>774.482,96</b>	<b>1.798.172,27</b>	<b>3.722.973,06</b>
Devoluções	85.312,00	185.754,04	790.726,99	85.312,00	185.754,04	790.726,99
PIS	44.089,66	72.273,24	87.235,01	105.364,45	172.310,03	211.729,42
COFINS	203.490,74	333.568,23	402.623,11	485.315,04	793.670,44	975.238,56
ICMS	98.491,47	644.006,11	1.468.984,66	98.491,47	644.006,11	1.468.984,66
IPI	0,00	2.431,65	276.293,43	0,00	2.431,65	276.293,43
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>6.436.953,34</b>	<b>10.066.680,41</b>	<b>11.185.634,21</b>	<b>6.093.854,25</b>	<b>9.506.541,41</b>	<b>10.488.524,35</b>
<b>(-) CUSTOS</b>	<b>3.503.607,18</b>	<b>4.141.227,20</b>	<b>6.047.840,88</b>	<b>3.503.607,18</b>	<b>4.141.227,20</b>	<b>6.047.840,88</b>
Custo de Mercadorias	3.503.607,18	4.141.227,20	6.047.840,88	3.503.607,18	4.141.227,20	6.047.840,88
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.933.346,16</b>	<b>5.925.453,21</b>	<b>5.137.793,33</b>	<b>2.590.247,07</b>	<b>5.365.314,21</b>	<b>4.440.683,47</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>788.145,80</b>	<b>1.824.054,97</b>	<b>2.997.048,52</b>	<b>788.145,80</b>	<b>1.824.054,97</b>	<b>2.997.048,52</b>
Encargos Sociais	181.048,63	272.822,64	247.687,21	181.048,63	272.822,64	247.687,21
Despesas Gerais	588.576,11	1.486.984,88	2.626.714,35	588.576,11	1.486.984,88	2.626.714,35
Despesas Financeiras	0,00	10.076,29	11,77	0,00	10.076,29	11,77
Despesas Tributárias	18.521,06	54.171,16	122.635,19	18.521,06	54.171,16	122.635,19
<b>RESULTADO ANTES DAS OPER. FINANC.</b>	<b>2.145.200,36</b>	<b>4.101.398,24</b>	<b>2.140.744,81</b>	<b>1.802.101,27</b>	<b>3.541.259,24</b>	<b>1.443.634,95</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>2.145.200,36</b>	<b>4.101.398,24</b>	<b>2.140.744,81</b>	<b>1.802.101,27</b>	<b>3.541.259,24</b>	<b>1.443.634,95</b>
Provisão p/ Imposto de renda	111.660,45	198.379,20	244.415,41	517.994,17	1.027.794,08	714.661,50
Provisão p/ Contribuição Social	73.256,67	120.084,76	144.944,33	195.117,54	376.485,87	203.141,71
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>1.960.283,24</b>	<b>3.782.934,28</b>	<b>1.751.385,07</b>	<b>1.088.989,56</b>	<b>2.136.979,29</b>	<b>525.831,74</b>

FONTE: Elaborado pela autora

O Quadro 21 mostra a diferença encontrada em relação ao Lucro Líquido dos anos de 2009, 2010 e 2011, quando os impostos apurados pelo Lucro Presumido e Real.

No próximo quadro a seguir, há a demonstração das obrigações tributárias, entre os dois regimes, como se em nenhum ano os tributos tivessem sido pagos.

QUADRO 22 – Obrigações Tributárias Lucro Presumido x Lucro Real

<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS LP x LR</b>	
<b>Obrigações Tributárias</b>	
<b>Lucro Presumido</b>	
<b>2009</b>	432.497,59
<b>2010</b>	724.305,99
<b>2011</b>	879.217,86
<b>Lucro Real</b>	
<b>2009</b>	1.303.791,20
<b>2010</b>	2.370.260,42
<b>2011</b>	2.104.771,19

FONTE: Elaborado pela autora

Através do quadro 22, observa-se o grande impacto que uma errada escolha no regime de tributação causaria na estrutura de capital da empresa, principalmente na conta de obrigações tributárias, no passivo circulante. A empresa poderia até optar pela escolha de empréstimos para o pagamento das obrigações, se não quisesse continuar com o pagamento pelo capital próprio.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou verificar o impacto do planejamento tributário sobre a estrutura de capital nas empresas médico-hospitalares. Para alcançar o objetivo geral foi realizada uma pesquisa exploratória, utilizando documentos como fonte secundária de dados.

Primeiramente, em conformidade com o primeiro objetivo específico, foram identificados os tributos a serem pagos pelas empresas médico-hospitalares, que segundo a ANVISA são o IPI, ICMS, PIS e COFINS, além do IRPJ e CSLL da empresa. Neste trabalho foram calculados somente o PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Após de identificados e especificados os tributos a serem calculados, foram feitos os cálculos de diversas maneiras para que os valores pudessem ser comparados. A empresa nos anos estudados não pode ser tributada pelo Simples Nacional, sendo somente tributada pelo Lucro Presumido e Lucro Real.

Comparando os resultados entre os tributos pagos efetivamente e aqueles devidos com o planejamento tributário, observou-se que em todos os anos estudados, o Lucro Presumido foi o mais vantajoso para a empresa.

A empresa X Produtos para a Saúde se beneficia quando opta pela tributação pelo Lucro Presumido, porque isso aumenta o capital próprio da empresa e o fortalecimento do CP em relação ao CT propicia à empresa uma posição mais sólida, não se tornando vulnerável a qualquer imprevisto que possa ocorrer no dia a dia. Pode-se dizer que as empresas inseridas nesse setor de produtos médico-hospitalares provavelmente se beneficiariam se optassem pela tributação pelo Lucro Presumido desde que fossem empresas de médio porte, e não possuíssem despesas em grandes quantidades a serem creditadas no Lucro Real.

A estrutura de capital típica de empresas de médio porte do setor de produtos médico-hospitalares, se divide basicamente em 70% de Capital Próprio e 30% de Capital de Terceiros.

O impacto da tributação no Capital Próprio é de em média 11,50% quando feita por meio do Lucro Presumido e de 32,67% quando feita por meio da tributação no Lucro Real. Dessa forma, a diferença de 21,17% no CP pode impactar nos investimentos na empresa.

## REFERÊNCIAS

ABIMO. **Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios**. Disponível em: <<http://www.abimo.org.br/modules/content/content.php?page=dados-economicos>>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/f0e88a8049c454a8a070a66dcdbd9c63c/Microsoft+Word+-+Tributos+-+Produtos+para+Sa%C3%BAde+vs+final.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 19 de maio de 2012.

BARROS, S. F. **Entendimento a Contabilidade**: um guia básico para iniciantes e não-contadores. São Paulo: IOB – Thomson, 2003.

BERTI, F. A. **Impostos – Extrafiscalidade e Não-Confisco**. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalho Monográfico em Contabilidade**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 13 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.000**, de 26 de março de 1999. Regulamento a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Regulamento do Imposto de Renda**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)>. Acesso em: 14 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa SRF nº 390**, de 30 de janeiro de 2004. Dispõe sobre a apuração e o pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2004/in3902004.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário à União, Estados e Municípios. **Código Tributário Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm)>. Acesso em: 13 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.981**, de 20 de janeiro de 1995. Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8981.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8981.htm)>. Acesso em: 14 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.718**, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei971898.htm>>. Acesso em: 14 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.637**, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10637.htm)>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.833**, de 29 de dezembro de 2003. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.833.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833.htm)>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.249**, de 26 de dezembro de 1995. Altera a Legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm)>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.502**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4502.htm)>. Acesso em: 05 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

BRITO, G. A. S.; CORRAR, L. J. e BATISTELLA, F. D. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças [online]**, São Paulo, v. 18, n. 43, març/abr de 2007.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772007000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

CAMPELLO, B. S.; CAMPOS, C. M. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

CARLIN, E. L. B. **Auditoria, Planejamento e Gestão Tributária**. Curitiba: Juruá, 2008.

CUNHA, C.R. **Simples Nacional - a Norma Tributária e o Princípio Federativo - Limites da Praticabilidade Tributária**. Curitiba: Juruá, 2011.

DA SILVA, R.; LIMIRO, A. **Manual do SuperSimples – Comentários à Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

FABRETTI, L. C. **Prática Tributária da Micro e Pequena Empresa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Prática Tributária da Micro e Pequena e Média Empresa: Legislação Tributária, Lei do Simples e Tributação da Empresa Média**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Tributária**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FAVERO, H. L. et. Al. **Contabilidade – Teoria e Prática**. 2º v. São Paulo: Saraiva, 2009.

FILHO, D. P.; SANTOS, J. A. **Metodologia Científica**. Métodos particulares ou métodos específicos. 4ª ed. São Paulo: Futura, 2001.

FONTELLES, M. J. et al. **Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

GUBERT, P. A. P. **Planejamento Tributário – Análise Jurídica e Ética**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.

HARADA, K. **Sistema Tributário na Constituição de 1988 – Tributação Progressiva**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2006.

HIGUCHI, C.; HIGUCHI, H. **Imposto de Renda das Empresas: Interpretação e Prática**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBPT. **Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário**. Disponível em: <[http://www.ibpt.com.br/home/publicacao.view.php?publicacao\\_id=14071](http://www.ibpt.com.br/home/publicacao.view.php?publicacao_id=14071)>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

KAYO, E. K. **A Estrutura de Capital e o Risco das Empresas Tangível e Intangível-Intensivas: Uma Contribuição ao Estudo da Valorização de Empresas**.

Disponível em: <  
www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/.../tde.../tese/duardokayo.pdf>. Acesso em:  
12 de maio de 2012.

LARA, J.E.; MESQUITA, J. M. C. Estrutura de Capital e Rentabilidade: Análise do Desempenho de Empresas Brasileiras no Período Pós Plano Real. **Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, v. 19, nº 2, abr/jun de 2008. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/352/351>>. Acesso em: 13 de maio de 2012.

MALKOWSKI, A. **Planejamento Tributário e a Questão da Elisão Fiscal**. São Paulo: LED, 2000.

MARTINS, S. P. **Manual do Direito Tributário**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, G. P. De. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Saraiva: 2005.

OLIVEIRA, L. M. et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2002.

ORO, I. M.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Análise da Relação entre a Estrutura de Capital e o Lucro Operacional nas Diversas Gerações de Empresas Familiares Brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, v. 30, nº 1 fev/mar de 2009. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/574/388>>. Acesso em: 13 de maio de 2012.

POHLMANN, M. C.; IUDICIBUS, S. D. Relação entre a tributação do lucro e a estrutura de Capital das grandes Empresas no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças [online]**, São Paulo, v. 21, n. 53, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-7072010000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-7072010000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em. 12 de maio de 2012.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Avançada**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEBASTIÃO, S. M. **Tributo Ambiental – Extrafiscalidade e Função Promocional do Direito**. Curitiba: Juruá, 2006.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=3891&%5E%5E>>. Acesso: em 13 de maio de 2012.

VELOSO, W. P. **Metodologia do Trabalho Científico – Normas Técnicas para Redação de Trabalho Científico**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YOUNG, L. H. B. **Lucro Real**. 6ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.



\_\_\_\_\_. **Planejamento Tributário – Fusão, Cisão e Incorporação.** 7ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lucro Presumido.** 12ª ed. Curitiba: Juruá, 2012.